

9-B-87

07
37

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CORRIGIDA

Curso C-PEM 2003.....

Partido TI.....

Solução do P-III-5 (Mo) - MONOGRAFIA.....

Apresentada Por

16/07

FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA.....

CAPITÃO- DE-MAR-E-GUERRA.....

NOME E POSTO



TRABALHO AVALIADO PELA EOM

AVALIAÇÃO: ACEITÁVEL

MENCÃO: MUITO BOM

[Signature]
Capitão-de-Mar-e-Guerra
Encarregado do C-PEM

RIO DE JANEIRO

2003

9-B-87

9-6-87



COMANDO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

- A GUERRA COMO FENÔMENO SÓCIO-POLÍTICO-

FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA
Capitão-de-Mar-e-Guerra

2003



Aerw: 228531

Edi: 256824

MB-EGN
BIBLIOTECA
02/08/2024
N.º 5938



ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso de Política e Estratégia Marítimas

Monografia

Área de Estudo : Política e Estratégia

Disciplina : Política e Estratégia

Tema : A Guerra como Fenômeno Sócio-Político.

Título : A Evolução da Guerra na História do Mundo Ocidental

Apresentado por :

FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA
Capitão-de-Mar-e-Guerra

RIO DE JANEIRO

2003

ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo, 1954-

A guerra como fenômeno sócio-político / Francisco Eduardo Alves de Almeida. - Rio de Janeiro: EGN, 2003.

viii, 49f.

Monografia: C-PEM, 2003

Bibliografia: f. O-1 – O-2

1. História Militar. 2. Política. 3. Guerra. 4. História das Guerras. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

EXTRATO

A guerra sempre suscitou as maiores emoções e interesse por parte do homem. A correlação existente entre poder, política e guerra é mais que evidente. Pensadores como Aristóteles, Santo Agostinho, Maquiavel, Thomas Hobbes e Carl Von Clausewitz correlacionaram a política com a guerra. Dessas leituras chega-se a conclusão de que toda a guerra é em sua essência um ato político e que referir-se a guerra econômica ou guerra cultural é um equívoco conceitual. A economia ou a cultura é uma motivação ou causa para a guerra, nunca o seu desenrolar que será sempre político. Define-se, assim as principais motivações para a eclosão dos conflitos, seguindo-se a taxonomia polemológica do professor Gaston Bouthoul.

Dessa análise são apresentadas as motivações para as principais guerras na Antigüidade e nos Períodos Medieval, Moderno e Contemporâneo. Discute-se, também, as diferentes visões que o homem possuía do fenômeno bélico e as principais características e alterações na conduta da guerra desde os gregos clássicos. Verifica-se que não só as motivações se alteraram com o passar do tempo, mas também que o homem inserido no contexto histórico transformou a sua percepção do que era fazer e conduzir a guerra.

Das discussões apresentadas procurou-se apresentar quatro características fundamentais na condução da guerra após o fim da chamada Guerra Fria. A primazia da tecnologia, a mudança no entendimento do que é Defesa, com o aparecimento dos grupos terroristas de cunho cultural, a importância de novos combatentes e a emergência de uma única superpotência, os Estados Unidos da América. Conclui-se que por mais que mudem as características da condução da guerra, ela sempre será em essência política, embora suas motivações se alterem no tempo histórico.

Tema: A Guerra como Fenômeno Sócio-Político

Título: A EVOLUÇÃO DA GUERRA NA HISTÓRIA DO MUNDO OCIDENTAL

Tópicos a abordar :

- A guerra e a política. Diferentes visões;
- As características e alterações na conduta da guerra através da História; e
- Para onde se encaminha a guerra ?

Proposição :

Apresentar formulações teóricas sobre política e sua correlação com a guerra. Descrever as principais características e alterações na conduta da guerra desde os gregos clássicos até o fim da bipolaridade soviético-americana. Apresentar algumas considerações a respeito da guerra na História do Tempo Presente, a partir do fim da Guerra Fria e a evolução esperada desse fenômeno.

Número de Palavras: 13.414

SUMÁRIO

	Página
Introdução.....	vii
CAPÍTULO 1 – A GUERRA E A POLÍTICA. DIFERENTES VISÕES.....	1
CAPÍTULO 2 – AS CARACTERÍSTICAS E ALTERAÇÕES NA CONDUTA DA GUERRA ATRAVÉS DA HISTÓRIA.....	9
- SEÇÃO I- A GUERRA NA ANTIGUIDADE.....	10
- SEÇÃO II- A GUERRA NA IDADE MÉDIA.....	22
- SEÇÃO III- A GUERRA NA IDADE MODERNA.....	27
- SEÇÃO IV- A GUERRA NA IDADE CONTEMPORÂNEA.....	34
CAPÍTULO 3 – PARA ONDE SE ENCAMINHA A GUERRA ?.....	43
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
ANEXO A – FIGURA DE GUERREIROS HOPLITAS GREGOS.....	A-1
ANEXO B – FIGURA DE UMA FALANGE GREGA.....	B-1
ANEXO C – O REI ALEXANDRE DA MACEDÔNIA.....	C-1
ANEXO D – FIGURA DE LEGIONÁRIOS ROMANOS.....	D-1
ANEXO E – ANÍBAL DE CARTAGO.....	E-1
ANEXO F – FIGURA DE UMA LEGIÃO ROMANA	F-1
ANEXO G – FIGURA DE COMBATENTES FEUDAIS.....	G-1
ANEXO H – FIGURA DE COMBATENTES MODERNOS.....	H-1
ANEXO I – O REI GUSTAVO ADOLFO DA SUÉCIA.....	I-1
ANEXO J – O REI FREDERICO II DA PRÚSSIA.....	J-1
ANEXO K- FIGURA DE COMBATENTE CONTEMPORÂNEO.....	K-1
ANEXO L- NAPOLEÃO BONAPARTE.....	L-1
ANEXO M- ALMIRANTE HORATIO NELSON.....	M-1
ANEXO N- FIGURA DE COMBATENTE DO TEMPO PRESENTE.....	N-1

INTRODUÇÃO

“Para cada estado, a guerra é sempre incessante e perpétua contra qualquer outro estado... Pois aquilo que a maioria dos homens chama de paz na verdade é só um nome. Na verdade, todos os estados, por sua própria natureza, estão sempre travando uma guerra informal contra todos os outros estados.”

(Platão, Leis 1.626A)

A guerra é um fenômeno tão antigo quanto à própria existência humana. Muitos historiadores consideram que as primeiras guerras se iniciaram quando os homens deixaram de ser nômades e se transformaram em agricultores durante a chamada revolução neolítica. A necessidade e muitas vezes a cobiça dos vizinhos os levaram, invariavelmente, no caminho da disputa violenta por espaço e poder.

O poder deve ser aqui entendido como a capacidade de força que alguém dispõe de obrigar outrem a ouvir ou obedecer. Devemos reconhecer que o poder é resultante da idéia de uma sociedade que se pretende organizada. Dessa forma, se o poder decorre da sociedade, ela é necessariamente decorrente da própria natureza humana, daí ser único, indispensável e legítimo. Podemos, também, deduzir que o poder é a capacidade de impor a própria vontade, direta ou indiretamente a outros.

O poder pode ser encontrado sob várias condições e tipos : o econômico, o militar, o religioso, o político, etc. No entanto, o único poder que se distingue dos outros por sua força material e coação física para impor suas decisões é o poder político (3:7).

Política, por outro lado, aceita diversas acepções. A conceituação erudita considera

a política a arte de conquistar, manter e exercer o governo, podendo, também, compreender as ações, comportamentos, intuítos e manobras para a conquista do poder (3:1). Assim, há uma correlação direta entre poder e política, uma vez que política é disputa de poder.

Da mesma maneira, guerra apresenta um interesse considerável desde o alvorecer do homem ocidental. Os três principais autores gregos clássicos escreveram sobre as guerras. Heródoto, considerado o pai da História, escreveu as suas “Histórias” no qual o ponto fulcral foram as guerras médicas. Tucídides, em sua “A Guerra do Peloponeso”, descreveu de modo pungente o conflito Atenas e Esparta, enquanto Políbios posteriormente descrevia as Guerras Púnicas e a ascensão de Roma. A guerra estava na mente desses escritores clássicos por que a guerra fazia parte do mundo grego.

O entendimento das motivações da guerra passou a ser quase uma obsessão, também, para os homens medievais, modernos e contemporâneos, principalmente os militares, os primeiros a sofrerem os seus efeitos, daí a sua relevância.

O propósito da presente monografia é discutir a essência e as motivações ou causas que provocaram as principais guerras dos gregos clássicos até o período contemporâneo, de forma a se compreender os mecanismos motivacionais do homem perante esse fenômeno sócio-político.

Este trabalho também pretende oferecer algumas considerações sobre para onde se encaminha a guerra e sua estruturação baseou-se nos seguintes capítulos apresentados a seguir.

O capítulo um que apresenta algumas visões sobre política e guerra desde Aristóteles até Clausewitz, procurando correlacionar esses dois elementos fundamentais. A partir dessas diferentes percepções serão discutidas a essência e as motivações das guerras, tomando como referência a tipologia polemológica de Gaston Bouthoul.

O capítulo dois será dividido em quatro seções cronológicas, cada uma delas apresentando as diferentes visões e causas referentes às guerras na Antigüidade, no Medievo, na Modernidade e Contemporaneidade.

No terceiro capítulo serão apresentadas algumas considerações para onde se encaminha a guerra e suas principais características.

No quarto e último capítulo serão feitos alguns comentários finais sobre a guerra.

de todos que a ele pertenciam e que tinham direitos e deveres políticos.

Enquanto a *pólis* ocupava o centro da concepção de Aristóteles de política e guerra surgiu, com grande influência no baixo medievo, Santo Agostinho (354-430), que escreveu o clássico “A Cidade de Deus” para explicar o saque de Roma no ano 410. Seus escritos exerceram uma grande influência no pensamento ocidental com relação ao Estado, a Igreja e a guerra.

Em sua visão alegórica existiam duas cidades travando uma luta irreconciliável. A cidade terrena, constituída por homens apegados só às coisas materiais, com exclusão de Deus e a cidade de Deus, agrupando os que se tornaram homens novos pela sua adesão a Cristo. Dessa luta sairia vitoriosa a última.

Com respeito à política, Santo Agostinho estabeleceu os fundamentos e os dogmas da Igreja Católica. Sua teoria do conhecimento foi baseada na revelação divina e a razão e sentidos humanos eram o meio de sua manifestação. Sua concepção de política era dirigida para o transcendente, para Deus que, para ele significava a “luz que traz ao homem a sabedoria, o acesso à verdade” (1:23).

Em complemento, Santo Agostinho considerou a guerra, como outros males sociais e políticos, um castigo motivado pelo pecado original, sendo, também, um freio a esse pecado, o instrumento por meio do qual os justos controlariam os ímpios. A política passava, necessariamente, pela relação providencial do homem com o seu criador.

Por trás de todas as guerras estaria Deus, dirigindo e controlando a ascensão e a queda dos impérios. O seu conceito de guerra justa só seria permissível se fosse empreendida por caridade. A guerra, como manifestação política, seria justificada desde que fosse justa. Agostinho afirmou que “pois é na injustiça do lado oposto que o homem prudente firma o dever de travar guerras e essa injustiça é algo a ser

deplorado”(11: 290).

Enquanto a providência ocupava o centro da concepção agostiniana, o florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527) interpretava a política diferentemente da moral ou da religião. Ele enfatizou o homem em vez de Deus. Como um contraponto à teoria de Agostinho, a ênfase de Maquiavel sobre a necessidade política ao invés da perfeição moral emoldurou seu ataque à própria Igreja. Talvez a sua maior contribuição para o entendimento teórico do que venha a ser política tenha sido a sua originalidade em perceber um imperativo, que não se limitou a declarar apenas a diversidade desse termo em relação à moral, mas, certamente, a afirmação de que a política tinha suas próprias leis que “deviam” ser seguidas pelo príncipe. Para esse pensador o exercício pleno do poder significava o ápice do “fazer política”.

Maquiavel tomou como paradigma a república romana, levando ainda mais longe a glorificação da guerra. Ele chegou a afirmar que o príncipe não devia evitar a guerra, que só podia ser adiada para vantagem do lado contrário. Assim, o poder a ser exercido pelo governante constituía-se em política e a guerra podia ser considerada como a efetivação dessa política.

O núcleo da concepção maquiavélica é que a “necessidade primitiva e o interesse próprio movem a política, e que isso pode ser bom porque interesses próprios conflitantes são a base da transigência, enquanto argumentos morais inflexíveis levam à guerra e a conflitos civis, raramente as melhores opções” (20: 91).

Dessa maneira, antecipando Clausewitz por trezentos anos, Maquiavel correlacionou política com o fazer a guerra de uma forma realista, como a expressão absoluta de conquista e manutenção do poder.

O britânico Thomas Hobbes (1588-1679), por outro lado, definiu, de forma mais contundente o que era a política. Para ele as verdades da política se assemelhavam às

unidades arbitrárias e convencionais da geometria. Se para Maquiavel o príncipe governava aceitando as regras da política, para Hobbes o seu “Leviatã” as criava, estabelecendo o que era a pura atividade política.

O maior temor do homem conta Hobbes era o da morte violenta, isto é, a morte na mão de outro homem. Os seres humanos, a fim de se proteger fisicamente, não tinham outra opção a não ser se submeter ao governo, o “Leviatã”. Prosseguia afirmando que a guerra não surgiu apenas nas batalhas e nos confrontos militares. A essência da guerra revelava-se não somente numa batalha verdadeira, mas, também, num período em que se aceitava a eventualidade de uma guerra ou que a paz não era uma certeza absoluta. Para esse pensador inglês a guerra estava no centro de tudo, ou seja, num mundo no qual o primeiro dever de qualquer político era a defesa dos seus cidadãos e a segurança das fronteiras do Estado. Com isso o “Leviatã”, constituído pelo conjunto de vontades individuais, garantiria a cada um a conservação da paz. A correlação existente entre política e guerra é mais que evidente na teoria hobbesiana.

Carl Von Clausewitz (1780-1832), o grande teórico da guerra, propõe, por outro lado, que a guerra seja uma ato de violência com o qual se pretende obrigar o nosso oponente a obedecer a nossa vontade. Para ele, a guerra é dividida em três grandes tendências fundamentais que são o produto da violência original do ódio e da animosidade; do jogo das probabilidades e do acaso e por fim de sua natureza subalterna de instrumento político, por meio do qual volta a pertencer à razão pura e simples. Daí surgem três acepções fundamentais: a violência, a imprevisibilidade e a racionalidade. A sua máxima de que a guerra é a continuação da política por outros meios tornou-se a essência de seu raciocínio dialético.

Sua teoria admite que a guerra é sempre um instrumento da política, uma “continuação do trabalho político” e que a “política gerou a guerra: ela é a inteligência,

enquanto a guerra não passa de instrumento”(9:607).

Clausewitz buscava relações e vínculos profundos do fenômeno guerra. Sua grande ambição foi construir uma teoria que fosse tão abrangente quanto possível. Ele foi, também, um produto das guerras da Revolução e napoleônicas. Ao mesmo tempo em que professava uma crença na Monarquia, enaltecia com muito ardor o Racionalismo, um dos principais pilares do Iluminismo. Isso não significa afirmar que ambos os termos sejam excludentes. Muito pelo contrário. Ele compreendia a revolução que estourara na França, no entanto temia as suas conseqüências. A morte violenta de Luís XVI trouxe tanto incredulidade à baixa nobreza européia, da qual Clausewitz fazia parte, quanto temor de outros monarcas em verem repetir-se essas ações em seus próprios domínios. A transformação social por que estava passando a Europa muito o impressionou. Ao mesmo tempo em que odiava Napoleão, admirava sua liderança e capacidades estratégica e tática.

Clausewitz, também, era um produto da formação do Estado-Nação. O professor José Fernandes Vega da Universidade de Buenos Aires chega a afirmar que “o pensamento político de Clausewitz era fundado em uma *staatsethos* e uma forte noção de Nação e que a guerra é um assunto estatal, regulado por considerações de razão de Estado cuja legitimidade e *ius ad bellum* se encontra fora de discussão” (26:17). Para ele, a guerra está restrita ao concerto das nações, únicas expressões legítimas do uso da violência. Ele não imaginava uma guerra entre sociedades que não representavam o Estado nacional. O conhecido historiador inglês John Keegan, ao descrever o general prussiano como personagem histórico afirma que “a guerra como continuação da política foi a fórmula que Clausewitz escolheu para expressar o compromisso estabelecido pelos Estados que conhecia. Mantinha-se o respeito pela ética dominante, ao mesmo tempo que se levava em conta o princípio superior do interesse de Estado”

(21: 21). A guerra era um ato político legitimado pelo Estado nacional.

Pode ser observado que o poder político é o ato de impor a outros determinada vontade. Esse ato pode ser atingido de duas formas. Ou por meio de convencimento, cujo campo de atuação limita-se à crise ou por meio do confronto, a guerra. Admite-se que a guerra deva ser percebida dentro de duas conceituações básicas, em sua essência e em sua motivação. Deve-se compreender essência como a própria natureza da guerra e sua dinâmica, independente de sua causa.

↘ Em sua essência e em consonância com o pensamento clausewitiano, a decisão de se recorrer às armas reveste-se de um caráter político. Deve ser entendida a política como a atividade por meio da qual determinado Estado atinge os seus objetivos fundamentais e protege os seus interesses vitais. Ao nos limitarmos ao modelo clausewitiano, que pressupunha a exclusividade do uso da força pelo Estado para a resolução de conflitos armados, devemos admitir por indução que guerras intestinas não devam ser consideradas guerras em sua essência, pois a elas Clausewitz não se refere explicitamente.

Um outro fator que limita a sua teoria é o seu campo de abrangência, ao não considerar a guerra naval e os fatores tecnológicos envolvidos. Para ele a guerra é a continuação da política estatal por meios violentos.

↘ Se considerarmos que a política transcende a atuação do Estado e envolve a interação de grupos sociais para a conquista de seus objetivos primordiais e a proteção de seus objetivos, estaremos ampliando o conceito clausewitiano. A guerra, em sua essência, seria a resolução de controvérsias por meios violentos, intimamente ligada à política, seja ela estatal ou não.

↘ Dessa maneira, todas as guerras são guerras políticas, pois congregam atos políticos e formulações de objetivos políticos. A disputa por poder é um ato político.

Mesmo em sociedades primitivas anteriores ao Estado, a luta por um pedaço de terra ou mesmo pelo rapto de mulheres deve ser visto como um ato político e não cultural somente, pois envolve luta por poder e a luta por poder é um ato político. A cultura seria um fator catalisador ou inibidor de determinadas ações ou reações de certos grupos sociais para a tomada de decisão quanto à necessidade de se recorrer ao conflito armado, um ato sempre político. A referência às guerras econômicas ou guerras ideológicas, por exemplo, espelham um contra-senso, uma vez que todas as guerras são políticas. O que irá distinguir uma de outra é a sua motivação ou causa que poderá ser econômica ou ideológica.

Quanto às motivações pode-se recorrer ao professor Gaston Bouthoul, considerado o pai da polemologia francesa. Para esse pensador as motivações para as guerras são as seguintes (5: 42):

- **econômicas**, quando envolvem a disputa por recursos econômicos;
- **ideológicas**, quando se concentram em diferenças ideológicas;
- **força e poderio**, quando gravitam em torno de disputas políticas por poder;
- **passionais ou afetivas**, quando envolvem antagonismos estruturais entre grupos sociais;
- **religiosas**, distintas das motivações ideológicas por razões históricas e filosóficas; e
- **nacionais**, quando se referem a guerras civis intestinas.

Um fenômeno como a guerra não pode, tal qual um fenômeno físico ou biológico, ser isolado de todos os outros. Há nele diversas motivações e efeitos complexos. Uma só motivação ou causa não pode produzir um fenômeno e um fenômeno concorre para produzir vários efeitos.

De posse desse arcabouço conceitual distinguindo a essência da guerra como

política, de sua motivação que pode ser de diferentes matizes, pode-se definir guerra como “luta a mão armada entre duas partes consideráveis de pessoas que procuram, cada qual, fazer prevalecer suas pretensões ou defender-se contra as pretensões de outros”(10:25). Essa definição abrangente amplia de forma substantiva o conceito clausewitiano tradicional, condicionando a política à guerra, ao incorporar a luta entre grupos sociais, que não representam, necessariamente, o poder estatal e sim o choque de vontades específicas.

Com esse arcabouço conceitual definido, de que forma a guerra tem evoluído dos gregos clássicos até os dias de hoje ? Quais as motivações e as alterações na conduta da guerra, compreendida como a forma de dirigir, guiar ou conduzir o conflito armado na História do mundo ocidental ?

CAPÍTULO 2

AS CARACTERÍSTICAS E ALTERAÇÕES NA CONDUTA DA GUERRA ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Normalmente os historiadores costumam seguir a tripartição tradicional que periodiza a História do Mundo Ocidental na tríade tradicional, Antigüidade, Idade Média e Época Moderna.

Há uma dificuldade inerente a toda e qualquer tentativa de periodizar a História que é demarcar, com precisão, os limites de cada um dos períodos adotados. Uma data “divisória” não pode ter senão valor aproximativo e simbólico.

Devemos reconhecer que uma periodização é, em última instância, sempre uma interpretação. De acordo com o professor Basselar, “uma periodização é uma interpretação dos dados históricos, disponíveis a um historiador em certa época e sempre vistos pelo prisma da sua situação no tempo. A periodização do passado é sempre condicionada pela situação do historiador atual” (4:93).

Com essa conceituação definida será dividida a História da Guerra em quatro períodos distintos, a saber:

a) Antigüidade- iniciando na Grécia Clássica (século V aC) até a deposição de Rômulo Augusto, último imperador romano no Ocidente em 476 ;

b) Idade Média- de 476 até a queda de Constantinopla, tomada pelos turcos otomanos em 1453;

c) Idade Moderna- de 1453 até a tomada da Bastilha no início da Revolução Francesa em 1789 e por fim;

d) Idade Contemporânea e o Tempo Presente- de 1789 até os dias atuais.

SEÇÃO I – A GUERRA NA ANTIGÜIDADE

Os Gregos

Da Antigüidade Clássica a Grécia é tomada como ponto de referência para o estudo e análise da História da Guerra, por que foram os seus povos que lançaram os fundamentos de toda a arte militar.

Na organização política e social do povo grego, centrada na cidade-estado, cada organismo social receava a dominação do outro, ou a obtenção de uma inconveniente hegemonia de uma cidade sobre outra e dado os costumes austeros e a prática da *areté* ou virtude, não foi difícil o hábito de uma rígida disciplina e nítida compreensão de seu dever cívico de defesa da *pólis*.

Serão discutidos dois pontos essenciais para a compreensão da conduta da guerra na Grécia Clássica; o primeiro a questão do grego perante a guerra e em segundo lugar a questão das motivações e características das guerras na Grécia Clássica.

- O Grego perante a guerra:

Ao se discutir a questão do homem grego perante a guerra há que se observar três características fundamentais. A primeira era a visão grega da virtude (*areté*).

Antes de se discutir essa característica essencial no modo grego de se perceber perante a guerra e o mundo devemos retroceder aos tempos homéricos que, embora estejam fora do aspecto temporal delimitado pela análise, explicitarão o cerne desse aspecto fundamental.

Homero, autor provável da *Ilíada* e da *Odisséia* (discute-se atualmente a sua real

existência), ao descrever tanto a epopéia heróica da Hélade contra Ilion, como o regresso de Ulisses para Ítaca após a Guerra de Tróia, retratou de modo magistral o espírito da *areté*, como a virtude em sua forma mais pura. A noção de “bela morte” no campo de batalha é que poderia revelar o “valor” ou a *areté* de qualquer combatente e a única morte com real significado social. Os gregos denominavam “bela morte” a morte de um guerreiro no auge de sua juventude, em um combate singular glorioso, defendendo a sua *areté* , após ele ter realizado inúmeras proezas. Assim, a morte era considerada “bela” tanto por perpetuar a imagem de juventude e valentia do combatente, quanto pela fama que acompanhava os seus feitos.(25:214)

O regresso do maior herói aqueu Aquiles ao campo de batalha, desejoso em vingar seu companheiro Pátroclo, morto em combate singular pelo troiano Heitor, filho do rei Príamo, ressalta o seu caráter heróico. Ao mesmo tempo, seu adversário Heitor tinha consciência de sua inferioridade em combate, no entanto, devido a sua *areté* enfrentou Aquiles, filho dileto de Peleu e da deusa Tétis. Por mais que o deus Apolo tenha protegido Heitor, o resultado foi o esperado. A sua morte no campo de honra. A “bela morte” o atingiu ao final.

Aquiles, cheio de vingança, amarrou o corpo de Heitor em sua biga e arrastou-o diante das muralhas de Tróia, sob os olhos aflitos de seus pais. A profanação de um cadáver no campo de honra era para o grego o maior dos insultos. Essa passagem dramática dicotômica com o espírito da *areté* demonstra o que era para o grego essa característica. A ênfase na *areté*, na “bela morte” e no respeito aos mortos tombados no campo de glória retratava o espírito grego de guerrear.

O segundo aspecto a ser considerado no caráter combativo do grego era a sua participação cívica nos destinos de sua *pólis*. Essa participação traduzia-se por sua ampla capacidade combatente e sua coragem moral em defender espontaneamente a sua

cidade. O professor Victor Hanson da Universidade da Califórnia do Sul, ao explicar por que o ocidente sempre foi vencedor nas guerras contra o oriente explica que “os gregos lutavam de modo muito diferente de seus adversários e que essas características de batalha puramente helênicas- a noção de liberdade pessoal, a rigorosa disciplina, as armas incomparáveis, a camaradagem igualitária, a iniciativa individual, a constante adaptação e flexibilidade tática, a preferência pela batalha de choque de infantaria pesada- eram, por sua vez, os dividendos assassinos da cultura helênica de modo geral” (16:18).

Todo cidadão devia estar pronto para integrar os exércitos de sua cidade. Em princípio, somente os cidadãos deveriam compor os exércitos, no entanto, todos os homens livres que habitavam a *pólis* acabavam sendo convocados.

Nas cidades todo o cidadão sentia-se preso ao próprio solo e a compreensão que ele tinha dos objetivos da guerra era perfeitamente identificável na defesa de sua *pólis* e o sacrifício de sua vida era o resultado mais que evidente.

Por fim, o terceiro elemento na sua formação combativa era a sua capacidade de se relacionar quase igualitariamente com os deuses. Era um fato comum, antes de qualquer batalha, a consulta a oráculos e o sacrifício de animais para que o adivinho de certa cidade pudesse interpretar a composição das vísceras desses animais com vistas ao resultado do encontro. Os deuses dariam seus sinais pelas entranhas dos animais. Heródoto descreve de modo magistral os desígnios dos deuses ao adivinho Megistias, pouco antes da batalha das Termópilas durante as guerras médias. Disse ele que “com base no exame das entranhas das vítimas sacrificadas, revelaram os deuses que os lacedemônios deveriam morrer ao amanhecer” (17: 401). Em complemento, o rei espartano Leônidas, defensor das linhas gregas contra os persas tinha consciência de seu ato desesperado. Os oráculos disseram que um rei lacedemônio deveria ser

sacrificado para a salvação de Esparta. Os deuses assim queriam. A relação do sobrenatural com o grego era uma questão de fundamental importância para o desenrolar da própria guerra.

- As motivações e a conduta das guerras gregas

Podemos dividir em três períodos básicos as guerras na Grécia Clássica. O primeiro compreende as guerras entre gregos e persas, as chamadas guerras médias (511 a 478 aC). Suas motivações foram de natureza **econômica**, quando forças navais persas interferiram no comércio entre os gregos e fenícios, e de natureza **ideológica**, quando as cidades gregas apoiaram a revolta na Jônia, motivada pela humilhação com pagamentos de tributos à Pérsia. Foram, ao todo, duas guerras vencidas pelos gregos, tendo ocasionado uma onda de entusiasmo entre os helenos que, mais que nunca, se sentiram orgulhosos com suas vitórias em Maratona, Salamina e Mícale.

Certamente a superioridade grega se deveu à combinação de determinação e coragem em combate, aliada a uma organização tática baseada na falange que era uma massa de *hoplitas* (guerreiros da infantaria pesada), dispostos em linha de frente, maximizando o choque (anexo A).

A conduta da guerra era sempre da mesma maneira. Lançamento de dardos, pedras e flechas com o intuito de fragmentar o adversário. Num segundo tempo havia a carga da falange, dando-se a batalha por um único choque violento. A batalha durava poucos minutos (de 10 a 30 minutos), até a fragmentação de um dos lados. O êxito de um dos contendores repousava na força numérica e no valor da moral que foi o fator do total sucesso no lado grego. A falange grega, instrumento militar disciplinado e coeso, bem comandada, venceu hordas muito superiores em número (anexo B).

Atenas, que fora o centro da resistência contra os persas, surgiu com enorme prestígio, sendo a época de Péricles o ápice da civilização grega. Além disso, Atenas saiu das guerras médias como uma potência marítima incontestável. Tal superioridade exacerbou a rivalidade com Esparta, causada pelo contraste entre as concepções de vida e de governo, dominantes em cada uma das duas cidades. O temor com uma unificação grega, sob a égide de Atenas, aterrorizou os espartanos que, por sua própria natureza imperial e continental, não poderiam permitir tal empreendimento.

Diferenças culturais e políticas entre esses dois oponentes ressaltaram as motivações **ideológicas** e de **força e poderio** originando um choque inevitável entre esses dois modos tão distintos de perceber o mundo.

Outra motivação, de caráter **econômico**, veio a catalisar, ainda mais as rivalidades. Devido ao seu poderio naval e ao seu comércio marítimo Atenas enriquecia cada vez mais, atraindo para si o rancor espartano, que viu prejudicada a sua expansão continental na península. Teve início, dessa maneira, o segundo período com a chamada Guerra do Peloponeso, tão vividamente descrita por Tucídides. Foram, ao todo, vinte e sete anos de conflitos que podem ser divididos em três guerras fundamentais. A chamada Guerra dos Dez Anos (431 a 421 aC), o ataque à Sicília (415 a 413 aC) e por fim a Guerra de Decélia (413 a 404 aC) em que Esparta derrotou finalmente Atenas.

Muitos historiadores consideram que essa guerra significou o declínio do poderio grego no mundo antigo, uma vez que todas as cidades gregas dela saíram exaustas e enfraquecidas. O cenário estava aberto para novos protagonistas, os macedônios.

Após breve hegemonia espartana e tebana, os “bárbaros” do norte, os macedônios, sob o comando de Felipe II estabeleceram um predomínio total na península grega, iniciando o terceiro e último grande período de conflitos. Seu filho

Alexandre, considerado por muitos estudiosos um dos grandes capitães da História, com a lembrança voltada para os heróis homéricos, iniciou sua marcha triunfal para o Oriente (anexo C).

Embora as motivações **econômicas** tenham existido, o caráter **ideológico** de conquista de Alexandre foi a principal. Quando de sua ultrapassagem do Helesponto (atual Dardanelos), Alexandre, acompanhado de seus auxiliares mais próximos, ajoelhou-se perante as ruínas de Tróia e pediu proteção aos deuses que lhe orientariam na conquista do maior império de então, o Império Persa. Seu pensamento voltado para os heróis lendários da Ilíada, aliado a uma compreensão perfeita de tática e estratégia, fizeram com que, em pouco mais de onze anos, todo o Oriente conhecido caísse em suas mãos. As vitórias sobre os persas foram exemplos de sua brilhante visão de como coadunar tempo e distância e conduzir uma guerra com objetivos políticos claros.

A principal consequência de suas vitórias foi a fusão das contribuições helênicas com os elementos locais, fazendo emergir o Helenismo (15:134).

Após a morte de Alexandre o mundo grego estava pronto para ser suplantado por um povo que iniciava a sua ascensão, os romanos.

Os Romanos

Para que se tenha uma idéia do que a guerra representava para os romanos, deve-se reportar a uma tradição local que determinava que o templo de Jano Bifronte ficaria aberto durante as guerras. Somente por dois breves períodos, depois da Primeira Guerra Púnica e após a vitória de Otávio Augusto sobre Marco Antônio em 30 aC, o templo permaneceu fechado.

Fundada em 754 aC, segundo a lenda, por dois irmãos, Rômulo e Remo, Roma

foi a mais célebre cidade do mundo antigo, por suas realizações políticas, sociais, econômicas e militares.

Em cinco séculos de república, de 510 a 29 aC os romanos conquistaram o mundo de sua época. Em três séculos de império, de 29aC a 476 o administraram. A organização militar incomparável e a perfeita noção de disseminador de uma civilização florescente foram características fundamentais de seu esplendor.

Serão discutidos dois aspectos importantes para a compreensão da conduta da guerra em Roma. O primeiro, a questão do cidadão romano perante a guerra e o segundo a questão das motivações e características das guerras romanas.

- O romano perante a guerra:

O primeiro aspecto refere-se ao papel exercido pelo combatente romano na defesa, não só de sua cidade, mas, principalmente, de seu modo de vida e suas principais características pessoais.

O maior trunfo do exército romano estava na disciplina de seus cidadãos soldados. O treinamento militar e a educação moral tinham início nos primeiros anos da adolescência. Idéias patrióticas e virtudes militares eram inoculados nos futuros soldados, além da exaltação das tradições militares dos antepassados. A disciplina era severa e as menores faltas eram punidas com rigor.

Ao ingressar no serviço militar, o soldado prestava um juramento solene de obedecer ao seu general, criando, assim, um vínculo pessoal de lealdade, permanecendo dessa forma até que fosse liberado de seu juramento.

O combatente romano confiava na capacidade militar de seus chefes, perseverava na conquista de seus objetivos e estava pronto a todos os sacrifícios para a

grandeza de Roma, demonstrando uma grande valentia no combate corpo a corpo contra qualquer adversário (anexo D).

De um modo geral, o soldado romano era resistente às fadigas e extremamente saudável. A partir do cônsul Mário, durante a república, foi estendida a obrigação do serviço militar aos proletários e plebeus e somente a partir de 63 aC foi instituído o voluntariado, criando-se um exército verdadeiramente profissional.

Um segundo aspecto é a constatação de que o triunfo de Roma como irradiador de cultura não foi o triunfo de um indivíduo como Alexandre que difundiu o Helenismo pelo mundo oriental, mas sim o sucesso de um sistema magnificamente organizado para a guerra e para a difusão da cultura romana.

O soldado romano tinha a consciência de pertencer a esse sistema organizado, capaz de levar a guerra a grandes distâncias. Ele tinha certeza que, no fim das contas, nada poderia derrotar sua bem treinada máquina militar.

Seu patriotismo, aliado a sua crença nos valores romanos, fazia-o reconhecer que qualquer guerra contra qualquer oponente, em princípio, poderia ser longa, no entanto, ao final, Roma prevaleceria, pois jamais desistiria de perseguir a vitória. O fato de pertencer a uma sociedade que considerava a guerra quase um modo de vida, reafirmava a sua confiança não só nas próprias organizações militares em si mesmas, mas sim na cultura militarista por trás delas, no sistema romano como um todo.

Mesmo em situações adversas extremas, a sua determinação e condicionamento tático fazia-o lutar com denodo e procurar eliminar o maior número possível de adversários no combate corpo a corpo. O professor Victor Hanson bem descreveu a determinação romana na derrota sofrida em Canas (216 aC) contra Aníbal: “ um ano depois da derrota, a marinha romana estava na ofensiva na Sicília, todas as perdas em Canas haviam sido substituídas e as legiões três vezes derrotadas tinham o dobro do

tamanho da força vitoriosa de Aníbal” (16:187).

Um legionário, na casa dos cinquenta anos de idade, que viesse a ser morto em batalha, morria acreditando que seu filho, cidadão como ele, algum dia vestiria a mesma armadura, teria treinado da mesma maneira e em uma futura batalha, vingaria sua morte e ajudaria a engrandecer Roma.

Um fato interessante e esclarecedor desse aspecto foi que durante a terrível Segunda Guerra Púnica contra Aníbal os dirigentes romanos, em nenhum momento, indicaram a disposição de parlamentar com o cartaginês, mesmo que fosse uma contemporização temporária, apesar das perdas e derrotas sofridas, além da ameaça sempre presente de tomada de Roma. O verdadeiro segredo do sucesso final romano contra Cartago foi sua obstinação em continuar lutando, ano após ano, apesar das vicissitudes. O combatente romano tinha consciência de pertencer a esse sistema social e dele muito se orgulhava. No final ele prevaleceria.

Um terceiro aspecto a ser considerado era a crença do combatente romano em pertencer a uma sociedade totalmente engajada numa expansão civilizacional e de defesa de seus aliados. Cícero (106 a 43 aC) chegou a afirmar que Roma conquistou o mundo simplesmente defendendo seus aliados. Políbio descreveu, também, em sua “História” a essência do militarismo expansionista de Roma.

Roma desejava conquistar e impor um imperialismo tipicamente romano a seus inimigos. A oligarquia que dominava Roma “partilhava os benefícios da conquista com as massas, talvez mais completamente do que tenha feito outro estado conquistador qualquer” (11:195).

A certeza de pertencer a essa sociedade conquistadora e imperialista foi o fator que enrijecia o seu ardor combativo e sua missão “civilizacional”.

Dessa maneira, o legionário romano fazia parte de uma trindade

comportamental, composta de um viés individual que enaltecia a sua participação cívica no exército. Outro viés sistêmico, no qual indicava a sua atuação na defesa não só do Império, mas de um modo de vida e por fim o viés civilizacional que indicava sua missão expansionista da cultura romana aos povos “bárbaros” e defesa de seus aliados.

- As motivações e as características das guerras romanas:

Como visto, a guerra fazia parte do dia a dia do cidadão romano. Dessa maneira, dentre os inúmeros conflitos envolvendo Roma, as três guerras púnicas foram as de maior repercussão, pois reafirmaram o estabelecimento de um verdadeiro domínio romano no Mediterrâneo.

A primeira Guerra Púnica (264 a 241 aC) entre Cartago e Roma teve origem numa disputa por áreas de influência entre essas duas cidades, na região da Sicília. Assim, a principal motivação foi a **força e poderio**, embora existissem interesses **econômicos** ligados às riquezas agrícolas da Sicília e nos tesouros de suas cidades. Os objetivos políticos romanos foram todos atingidos pois, ao final do conflito, Roma consolidou seu domínio sobre a Sicília e conquistou a Sardenha e a Córsega. Cartago terminou a guerra derrotada e exausta.

Por cerca de vinte e três anos houve uma trégua momentânea. No entanto, a oposição irreconciliável entre os dois sistemas constituiu a causa permanente de choques entre os contendores. A lembrança das perdas e humilhações sofridas pelos cartagineses alimentava o patriotismo púnico e o seu desejo de vingança.

A segunda Guerra Púnica (218 a 201 aC) foi a mais séria de todas e quase terminou em completo desastre para Roma. As motivações envolvidas foram de natureza **ideológica** e de **força e poderio**. O grande responsável pelo sofrimento

romano foi Aníbal (anexo E) que realizou um ataque à cidade de Sagunto na Espanha em 219 aC, o que veio a provocar a reação romana, temerosa com a nova expansão púnica no Mediterrâneo oriental.

O brilhante Aníbal, por meio de uma marcha ousada através do sul da França, cruzou os Alpes e chegou ao vale do Pó, já na península itálica. Em batalhas sucessivas derrotou os romanos em Trebbia (218 aC) e no Lago Trasimeno (217 aC). Sua maior vitória, porém, foi em Canas, na Apúlia, onde provocou a morte de cinquenta mil romanos, sob o comando de Terêncio Varro e Emílio Paulo em uma memorável batalha. Até Adrianópolis, no ano de 378 Roma não viria a ter uma derrota tão contundente.

Por cerca de quatorze anos os romanos combateram Aníbal na própria Itália. Incapazes de derrotá-lo em campo aberto, os romanos empregaram uma estratégia idealizada pelo cônsul Fábio que consistia em “evitar o combate para ganhar tempo; era antes uma ação premeditada para obter efeitos morais sobre o inimigo. Evitando engajar-se numa batalha decisiva e buscando, por meio de pequenas incursões, desgastar a resistência dos invasores” (22:19). Era o reconhecimento da nítida superioridade militar de Aníbal, evitando-se a decisão direta pelas armas.

A guerra, no entanto, só foi decidida por um ataque de Públio Cipião a Cartago, auxiliado pelo rei da Numídia, Massinissa, fazendo com que Aníbal voltasse à África para ser derrotado, definitivamente, em Zama (201 aC).

A terceira e última Guerra Púnica resultou da obsessão do senador Catão pela destruição de Cartago, tendo como motivação a **força e poderio**. Debilitada pela guerra anterior, Cartago foi tomada e destruída, sendo eliminada, assim, a última rival de Roma no Mediterrâneo e reafirmando o caráter imperialista de sua política.

A partir das guerras púnicas, Roma passou a empregar o chamado *golpe preventivo* que consistia em um ataque preventivo contra qualquer adversário que

pudesse ameaçar Roma. O melhor testemunho do fascínio romano por essa estratégia preventiva foi o de Júlio César em 58 aC, cuja campanha contra os migrantes helvécios foi justificada a pretexto de que “estes se aproximavam demais das fronteiras da província romana, constituindo-se, portanto, numa ameaça potencial” (11:218).

Outro exemplo dessa estratégia foi descrito por Tácito, quando escreveu sobre seu sogro Agrícola, conquistador da Bretanha. Disse Tácito que “Agrícola planejou invadir a Irlanda, não por nenhum tipo de medo e sim por antecipação e futuras ameaças. Na verdade, Agrícola pensava que os irlandeses pudessem um dia invadir o Império Romano” (11:223).

Sem dúvida alguma, o grande trunfo romano para impor o seu domínio foi a legião, um aperfeiçoamento da falange grega, dotada de maior flexibilidade (anexo F). A rigidez da falange deu lugar a manobrabilidade da legião.

Os processos de combate eram simples. Ao grito de guerra dado pelos chefes, a infantaria ligeira atacava em ordem dispersa, visando desorganizar o adversário. Em seguida, a legião completa ultrapassava a infantaria ligeira e a primeira linha de infantaria pesada chocava-se com o inimigo; se repelida, ela era reforçada por linhas de infantaria sucessivas. Existiam reservas prontas que poderiam intervir na refrega. A cavalaria atuava nos flancos, em apoio ao ataque da infantaria. Os romanos empregaram a cavalaria de forma muito mais agressiva que os gregos.

Ao conquistar determinada região, os romanos estabeleciam postos militares em pontos estratégicos, doando terras aos soldados e suas famílias. Esses postos auxiliavam a vigilância nas *limes* romanas e mantinham os conquistados sob controle.

Por cerca de seiscentos anos após Zama, Roma foi senhora absoluta do mundo antigo. Sua decadência e queda significou uma mudança substancial na conduta da guerra. A Idade Média tinha início. Novo modo de se fazer a guerra surgia.

SEÇÃO II – A GUERRA NA IDADE MÉDIA

Das províncias que haviam feito parte do grande Império Romano e que os bárbaros haviam invadido, surgiram novos reinos. O das Gálias, com os francos, a Grã-Bretanha, com os anglos e saxões, a Espanha com os visigodos e a Itália com os ostrogodos.

Estava, assim, encerrada a Antigüidade Clássica, iniciando-se a chamada Idade Média, com uma alteração considerável no modo como o homem percebia a guerra.

O caráter cívico do grego e civilizacional do romano dava lugar a um novo homem ligado ao religioso e providencial. Ao mesmo tempo, a guerra evoluía de modo lento, sem grandes inovações na arte do combate.

Será discutido o modo de pensar do homem medieval em relação à guerra. Em seguida, serão apresentadas algumas características e alterações na conduta da guerra que perduraram por cerca de mil anos.

O Homem medieval e a guerra:

O período medieval, por suas próprias características, forjou um homem fundamentalmente diferente daquele da Antigüidade. Ele deve ser observado de três pontos de vista distintos.

O primeiro refere-se a sua visão da guerra e do mundo. Os fenômenos que o cercavam tinham duas conotações distintas. A primeira era a percepção *hierofânica* do mundo, isto é, a manifestação do sagrado, englobando o profano, que não deve ser confundido com o herético. Essas manifestações lhe traziam uma profunda insegurança, já que não eram controladas por ele. Para ele o referencial de todas as coisas era o sagrado que, por sua própria natureza gerava um sentimento de profunda insegurança

quanto a sua própria sobrevivência. As epidemias, a fome e as guerras alimentavam esse sentimento. As manifestações da natureza indicavam algum sinal divino de aprovação ou de contrariedade. Como exemplo, quando Rolando, sobrinho de Carlos Magno foi morto por seus inimigos na Espanha, “em toda a França, choveu, ventou e trovejou” (13:140). Isto foi o sobrenatural se mostrando ao natural, revelando a dor pela morte do herói medieval.

A segunda conotação era *teofânica*, isto é a manifestação de Deus, desde que imaginemos a divindade controlando tudo e a todos. Na sua onipotência e onipresença, Deus em tudo interferia, inclusive nas batalhas, onde participava e decidia o seu curso. A sua mão guiava a espada para abater o inimigo. A Igreja medieval participava ativamente nessa percepção e interpretava o mundo segundo essa visão teocêntrica.

Essa dualidade tinha em realidade uma essência unitarista. As duas percepções se mesclavam para indicar que o homem era controlado pelo divino e que Deus se manifestava por meio da natureza.

O segundo ponto de vista relaciona-se com a idéia de “guerra justa” para o homem medieval.

A Igreja, como a principal instituição medieval e a responsável pela disseminação da fé e da ética, sempre estimulou o conceito de “guerra justa” entre seus discípulos. A guerra, como outros males sociais e políticos, era um castigo pelo pecado original. Ao mesmo tempo, era um freio sobre este pecado, o instrumento fundamental no qual os “justos” controlavam os “ímpios”. A opção pela guerra era uma obrigação moral, se ela contivesse o mais puro dos motivos, qual seja, a eliminação da heresia e a conversão dos infieis, mesmo que de modo violento. As “guerras justas”, também, deviam repelir ou vingar injúrias ou mesmo recuperar bens roubados. Assim, as Cruzadas tinham uma dupla abordagem. A eliminação do pecado dos não-convertidos e

a recuperação da Terra Santa. As Cruzadas foram “guerras justas” da Igreja, ou pelo menos, pretenderam ser, declaradas pelo Papa para a proteção da fé cristã.

A idéia de injúria perpetrada por infiéis contra as terras sagradas do Cristianismo foi devidamente explorada pelo clero. Àqueles que lutassem contra os ímpios, sob a bandeira de Cristo, o Papa prometia o perdão de todos os pecados. Se morressem em combate teriam o Reino dos Céus como prêmio. O próprio imaginário sobre a morte era diferente do romano ou mesmo do grego.

Nos primeiros séculos após a queda de Roma, o homem medieval percebeu a morte como algo natural e o começo de uma nova vida eterna e não como o fim definitivo e inapelável. Ao chegar o momento, os homens se preparavam para ela. A grande ansiedade não era o morrer, mas sim morrer inesperadamente, sem a confissão, sem receber os sacramentos. A morte na defesa da fé igualava o fiel. Como escreveu o monge cisterciense Hélinand de Froidmond em 1197: “A morte libera o escravo; a morte submete rei e papa; e paga a cada um seu salário; e devolve ao pobre o que ele perde; e toma do rico o que ele abocanha”(13:137).

Um terceiro e último aspecto a ser abordado refere-se às relações pessoais de dependência entre homens e a visão de guerra.

Desde o fim do século VI, com uma nova ordenação política de monarquias quase que tribais, o homem medieval procurou colocar-se sob as ordens de um chefe guerreiro, de forma a garantir a sua condição de homem livre. Ele o fazia de duas maneiras: ou engajando-se como guerreiro pessoal tipo mercenário ou cedendo sua propriedade rural a esse chefe, que a devolvia sob a forma de proteção.

No primeiro caso ele recebia em troca de suas funções militares sustento e paga. Continuava a ser homem livre. No segundo caso ele passava a depender diretamente do chefe guerreiro e deveria cumprir determinadas obrigações.

Esse tipo de relacionamento que valorizava a dependência pessoal, os laços homem a homem, tornou-se uma constante durante a Idade Média, hierarquizando, cada vez mais, uma sociedade altamente militarizada. Na verdade, essa sociedade foi uma sociedade de agressão que via na prática da guerra uma forma de vida, condicionando-o ser livre à capacidade de guerrear.

Essa situação foi a base para a chamada vassalagem de benefício, um dos pilares do Feudalismo, constituindo-se no juramento de lealdade a um chefe, passando o homem a ser seu vassalo. Tratava-se, assim, de uma verdadeira troca: a proteção de alguém mais poderoso, em virtude da prestação de algum tipo de serviço.

Essa condição perdurou até quase o fim do século XII, quando, então o serviço militar a soldo prevaleceu sobre a vassalagem.

- As motivações e a conduta da guerra medieval:

Em relação à conduta da guerra na Idade Média, são caracterizados dois períodos distintos. O primeiro, o Barbarismo, entre os séculos V e IX, é definido como um período em que não houve nenhuma modernização nos processos de combate em relação à Antigüidade. Os “bárbaros”, assim denominados pelos romanos, constituídos principalmente pelos francos, saxões, godos e bretões fecharam os olhos aos avanços na conduta da guerra, tão bem aperfeiçoada pelos romanos. As motivações principais foram de **força e poderio**, tendo sempre como propósito a manutenção da paz no reino franco e a defesa contra invasores. Não deve ser esquecido que nesse período os islâmicos invadiram a Europa, sendo contidos por Carlos Martel, avô de Carlos Magno, na batalha de Poitiers (732). Até a sua morte em 741, Martel se dedicou às guerras para livrar a Europa da ameaça islâmica. Assim, também, existiram motivações **religiosas**

durante o Barbarismo.

Outros tipos de motivação para a guerra, comuns nesse período, eram **passionais ou afetivas**, quando envolveram guerras locais entre chefes feudais ou por território ou por ofensas pessoais. Geralmente eram guerras pequenas, com efetivos reduzidos e envolvendo objetivos limitados.

O segundo período, chamado de Feudalismo, entre os séculos IX e XV, continuou com os mesmos processos de lutas individuais, sem grandes progressos na arte da guerra, surgindo, no entanto, a Cavalaria como arma prevalente, em detrimento à Infantaria, considerada decadente. Da Cavalaria surgiu uma instituição ou regime que se sujeitavam os cavaleiros da época, com códigos de honra bem definidos.

Tanto a tática como a estratégia continuaram estagnadas e o combate era um grande duelo, sem direção ou ação de conjunto. As batalhas, como no período anterior, eram lutas individuais, em que se procurava, por meio de choques frontais, romper o centro do dispositivo inimigo, com a Cavalaria envolvendo uma das alas do adversário.

Por ter sido abandonada a manobra, prevaleceu a *poliorcética*, ou a arte de sitiarem fortificações ou castelos, numa demonstração de pouca criatividade na conduta da guerra.

As principais motivações para as guerras no Feudalismo foram as questões **religiosas**, que culminaram nas Cruzadas, para a libertação da Terra Santa. Por certo, as questões **econômicas**, também, permearam essas motivações, no entanto, a contribuição das Cruzadas para a conduta da guerra foi insignificante.

Continuaram as disputas locais entre senhores feudais, cujas motivações foram de natureza **passionais ou afetivas**, envolvendo pequenos efetivos e objetivos políticos modestos.

Outra motivação foi a de **força e poderio**, principalmente durante a maior guerra

da Idade Média, a Guerra dos Cem Anos (1337 a 1453), envolvendo disputas dinásticas por possessões na França entre ingleses e franceses. Nas duas principais batalhas dessa guerra, Crecy (1346) e Azincourt (1415), os cavaleiros franceses foram derrotados pelos grandes arcos dos arqueiros ingleses e pelo uso da Cavalaria inglesa desmontada, indicando o declínio da Cavalaria e o ressurgimento da Infantaria (anexo G). Por fim, o aparecimento das armas de fogo, ao final do período medieval, permitiu que a Infantaria reconquistasse, definitivamente, seu lugar de destaque no campo de batalha, assim como a Artilharia, que veio a contribuir para o sucesso nas operações de sítio.

Com a aproximação da Idade Moderna algumas características transformaram a conduta da guerra e houve o ressurgimento dos grandes capitães militares. Uma nova fase estava iniciando.

SEÇÃO III- A GUERRA NA IDADE MODERNA

O fim do Feudalismo foi provocado pela concentração do poder econômico e político nas mãos dos reis, apoiados pela classe burguesa. Com a desintegração do Feudalismo e o desenvolvimento do comércio surgiu o Capitalismo. A partir dos séculos XV e XVI iniciou-se a expansão comercial e marítima das potências europeias.

No plano das idéias, a Idade Moderna viu surgir o Renascimento, movimento intelectual, baseado na cultura greco-romana que acentuou o Racionalismo e o Humanismo, em oposição à cultura medieval considerada retrógrada.

A guerra, por sua vez, sofreu alterações significativas em relação as do período medieval. O camponês feudal, que prestava o serviço militar a seu suserano, deixou de existir. Uma linha demarcatória precisa foi estabelecida dividindo aqueles que lutavam, os combatentes, daqueles que não lutavam, os cidadãos e camponeses, o povo em geral.

Será discutido, a seguir, o modo como o homem moderno, no seu papel de

combatente, pensava a nova forma de guerrear, para, em seguida, serem apresentadas algumas características e alterações na conduta da guerra no período moderno.

o homem moderno e a guerra:

Com o surgimento do Absolutismo, as guerras do período moderno vão se apresentar como guerras de reis e príncipes, conduzidas por pequenos exércitos, com soldados profissionais e objetivos políticos limitados. A massa dos súditos não participava das ações. O povo, em geral, ficava fora da guerra. Apenas os profissionais dela participavam.

Dessa maneira, pode-se distinguir quatro tipos distintos de homens modernos ligados à guerra. Esses quatro exemplos de combatentes existiram durante cerca de trezentos e cinquenta anos, até a eclosão da Revolução Francesa. Suas características não eram estanques e um combatente podia assumir dois ou mais papéis.

O primeiro tipo, o soldado mercenário, lutava, exclusivamente, por dinheiro, alugando os seus serviços a determinado rei ou príncipe. Era comum um mercenário lutar por um determinado príncipe um ano e no ano seguinte defender os interesses de seu rival. Para esse tipo de combatente a guerra era um negócio e até uma arte para ser desenvolvida. O resgate de prisioneiros tinha prevalência sobre a eliminação física do oponente, uma vez que essa instituição lhe era muito lucrativa. Por viver, exclusivamente, da guerra, o seu prolongamento lhe era mais vantajoso. Geralmente, os mercenários passavam todo o verão no sítio a uma cidade e assim as guerras eram intermináveis e as campanhas findavam com poucas ou nenhuma perda de vidas.

O choque das armas era, com freqüência, escaramuças sem sangue, travado como um exercício tático, com o propósito de levar o inimigo à rendição e à captura.

Maquiavel chegou a citar casos em que houve apenas dois ou três mortos, “embora o número de prisioneiros fosse contado às centenas”(14:6). O certo é que esses combatentes evitavam ao máximo o choque, uma vez que qualquer ferimento os incapacitariam para novos empreendimentos guerreiros mais lucrativos.

O segundo tipo, o soldado defensor da fé possuía características distintas. Ele era o produto de dois movimentos importantes. O primeiro, a continuação das Cruzadas medievais, a luta contra os turcos otomanos que atentavam contra o Cristianismo na Europa Central e Mediterrâneo. Sua religiosidade pode ser melhor compreendida com a afirmação do professor Hanson, quando ele descreve as últimas palavras de Dom João da Áustria a seus homens, momentos antes da batalha naval de Lepanto (1571) contra os turcos otomanos ao dizer “- Meus filhos, vamos conquistar ou morrer, conforme o Céu determinar” (16:335).

O segundo movimento era o resultado da luta entre católicos romanos e protestantes, fruto da Reforma e Contra-Reforma. Suas principais características eram o fervor religioso e a crença na eliminação física do “herege” como única forma de salvação. Essas guerras religiosas culminaram em fatos terríveis como a Noite de São Bartolomeu em Paris em 1572, quando se deu o massacre cruel de huguenotes franceses e a Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648), que trouxe a ruína à Europa Central.

Dessa forma, o soldado defensor da fé pode ser caracterizado como intolerante, cruel, de uma certa maneira indisciplinado e crente que a eliminação física de seu oponente era uma missão divina, cunhada e abençoada por Deus.

O terceiro tipo, o soldado mercador, já possuía outras características marcantes. Ele foi um produto do Mercantilismo e da expansão comercial e marítima européia, sendo um instrumento da política econômica a serviço do Estado. O seu propósito principal era controlar as linhas de comunicação marítimas e acumular riquezas para si e

para o Estado que o contratava. Lutou basicamente no mar ou como um instrumento oficial do país que solicitou os seus serviços, ou como corsário. Ele era pragmático, brutal e resistente às intempéries. Para ele a guerra no mar pagava bons dividendos, pois recebia o seu quinhão nas pilhagens realizadas. A importância do comércio marítimo para os Estados que disputavam o seu controle foi bem descrita pelo professor Sir Michael Howard da Universidade de Oxford, que escreveu : “- O comércio era visto como desejável por que aumentava não apenas a riqueza dos mercadores individuais, mas também o poder do estado e este dedicado à proteção e promoção do comércio podia criar ainda mais riqueza” (18:62).

É importante mencionar que a guerra no mar e a tática naval tiveram início nos tempos modernos, uma vez que nos períodos anteriores o que houve foram combates do tipo terrestre em plataformas flutuantes. Este soldado não era, entretanto, um mercenário. Muito pelo contrário. Ele deve ser visto como um profissional que lutava ou pensava lutar por algo recompensador para o seu país, isto é, por sua grandeza, a sua riqueza e poder.

O último tipo de soldado, o profissional, possuía algumas características que o identificavam com o soldado mercador e o mercenário (anexo H). Eles compunham os exércitos nacionais como funcionários do Estado e a quem se garantiam emprego, estabilidade e salário, além de uma perspectiva de carreira, dentro de seu país, na paz ou na guerra. Foi com o estabelecimento desses soldados profissionais que se tornou possível distinguir um militar de um civil na sociedade nacional. Ao Estado competia pagar, alimentar, armar e vestir esse combatente. Ele, também, se submetia a uma hierarquia e a uma cultura que lhe era toda particular. Da mesma forma que os mercenários, os profissionais eram custosos para a Nação e difíceis de serem substituídos. Muitas vezes a falta de pagamento provocou indisciplinas com retaliação

contra as populações civis subjugadas, por meio de desapropriação de propriedades e roubo de bens. Esses combatentes viriam a ser a base para os futuros exércitos nacionais do século XIX.

Com os principais atores envolvidos com a guerra nos tempos modernos bem definidos, serão apresentadas algumas características e alterações na conduta da guerra nesse período.

- As motivações e a conduta da guerra moderna:

Inicialmente, as guerras da Itália, compreendidas entre 1494 e 1516, envolveram dois grandes grupos de estados europeus, a França e os estados governados pelos Habsburgos, principalmente a Alemanha e a Espanha. Esses confrontos tiveram como motivação a **força e poderio**, em torno de questões dinásticas. Igualmente, os vários movimentos revolucionários surgidos na Inglaterra entre 1628 e 1688, a Revolução Puritana, o Protetorado de Cromwell e a Revolução Gloriosa, expressaram a luta pelo poder entre os Stuart e o Parlamento. Tais disputas de **força e poderio e nacionais** tiveram como fulcro questões políticas, dentro de um quadro de guerras civis.

A era dos reis absolutos surgiu da mais terrível guerra do século XVII, a Guerra dos Trinta Anos, cujo final envolveu mercenários, acompanhados por hordas de famintos. Ao seu término a Europa estava em terríveis condições. O historiador inglês John F. Charles Fuller chega a descrever que “oito milhões de pessoas pereceram, sem contar cerca de trezentos e cinquenta mil mortos em combate” (14: 5). Essa guerra foi a última grande guerra de motivação **religiosa** na Europa.

No século XVIII as guerras reafirmaram determinadas características observadas no século anterior. As motivações envolvidas nessas guerras gravitaram em torno de

questões de **força e poderio**. Os exércitos eram menores, com efetivos em cerca de trinta a cinquenta mil combatentes e se estruturaram em torno de mercenários e profissionais. Os objetivos da guerra eram limitados e recorria-se a uma estratégia de desgaste e não de aniquilamento. O propósito era esgotar o inimigo e não matá-lo.

Geralmente atacava-se as linhas de abastecimento e suas fortificações e não o grosso dos exércitos. Houve, inclusive, uma ênfase excessiva na manobra, em detrimento do choque. O alto custo de manutenção dos exércitos e o temor da deserção em massa, fato corriqueiro naquele período, limitavam e até inibiam qualquer ação ofensiva dos generais e príncipes. A ousadia e o espírito ofensivo não eram estimulados. O Marechal de Saxe (1696-1750), marechal da França, disse : “estou convencido de que um general capaz pode evitar os engajamentos gerais, prolongando a guerra quanto quiser. Nada enfraquece mais o inimigo quanto esta maneira de agir, nada proporciona tantas vantagens” (14:14).

Na guerra no mar observou-se a mesma debilidade tática e pouco espírito de iniciativa. As formaturas navais eram longas, pouco flexíveis e controladas rigidamente por almirantes pouco criativos. As “Fighting Instructions” estatuídas na Marinha Britânica limitaram qualquer espírito independente de um chefe naval mais ousado. O comandante Wayne Hughes Junior cita que “as Fighting Instructions não foram somente uma doutrina, mas sim um dogma. Da mesma forma que foram aprovados modos de controlar uma força naval, foram criados sinais para controlar as manobras. O comandante de uma esquadra não podia imaginar, muito menos aceitar táticas criativas. Elas simplesmente não existiram nessas instruções” (19:49). A não observância dessas instruções poderia levar, inclusive, um almirante a corte marcial, o que inibia ainda mais qualquer iniciativa.

As motivações envolvidas nos conflitos desse período gravitaram em torno de

questões de **força e poderio**, tais como as Guerras da Sucessão da Espanha (1703 a 1713), da Sucessão da Áustria (1740 a 1748), Guerra dos Sete Anos (1756 a 1763) e a Guerra da Revolução Americana (1776 a 1783), com o seu viés **econômico** evidente.

Os exércitos davam mais importância à conquista de cidades e fortificações pelo cerco. Deve-se reconhecer que os exércitos não possuíam flexibilidade para grandes manobras. A arte de fortificar uma praça teve aí o seu grande desenvolvimento.

Desde que o fogo começou a prevalecer no campo de batalha, a artilharia viu aumentada a sua eficácia e sua importância.

Quando a batalha era inevitável, procurava-se manobrar pelos flancos do adversário ao invés do combate frontal, oneroso e incapaz de provocar a decisão.

Deve ser considerado, no entanto, que nem todos os chefes militares de então careciam de originalidade nos combates. Dois merecem ser mencionados, especialmente, por apresentarem características de liderança, espírito ofensivo e originalidade. Foram eles Gustavo Adolfo e Frederico II.

O rei Gustavo Adolfo da Suécia ascendeu ao trono em 1611 (anexo I). Dotado de brilhante cultura geral, falava oito línguas e distinguia-se pela elevação de seu caráter, por um exemplar modo de vida cristã e principalmente por sua liderança no campo de batalha durante a Guerra dos Trinta Anos. Utilizava com maestria a manobra e a rapidez nas ações, atacando o adversário antes que ele pudesse se organizar. O rei sueco veio a morrer na batalha de Lutzen (1632), como resultado dos ferimentos recebidos em combate.

O rei Frederico II da Prússia foi um monarca absoluto típico na segunda metade do século XVIII (anexo J). Como soberano e chefe militar fez a Prússia ascender a posição de primeira grandeza na Europa. Recebeu de seu pai, Frederico Guilherme, o Rei Sargento, um exército bem instruído e disciplinado. Aperfeiçoou o sistema de

armazéns e de suprimentos por meio de comboios, fazendo com que os seus exércitos pudessem operar afastados de suas fontes logísticas. Na Tática observou com maestria os princípios da ofensiva e da manobra, mantendo sempre a iniciativa e procurando o ponto fraco do adversário para vibrar o ataque.

Esses dois exemplos de virtude guerreira e originalidade foram os alicerces básicos para uma nova forma de se conduzir a estratégia militar. Assim, um evento histórico da maior relevância viria a modificar todo esse quadro de forma radical. A Revolução Francesa estava a caminho. Novos tempos se aproximavam.

SEÇÃO IV- A GUERRA NA IDADE CONTEMPORÂNEA.

O período compreendido entre a Revolução Francesa (1789) e o esfacelamento da União Soviética (1991) marcou o modo como o homem lutava e fazia guerra. Esse período pode ser dividido em três grandes blocos temporais distintos, porém correlacionados. O primeiro abarcou o lapso de tempo entre a Revolução Francesa e a Convenção de Viena (1815), no qual avultaram as guerras revolucionárias e napoleônicas que, de uma certa maneira, modificaram o modo de conduzir a guerra.

O segundo bloco iniciou-se na Convenção de Viena e terminou na eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914), no qual predominaram as guerras nacionais que exprimiram as aspirações étnicas, econômicas, religiosas e culturais de novos países emergentes e a corrida colonial por novos mercados.

Por fim, o terceiro bloco, iniciado na Primeira Guerra Mundial e encerrado em 1991, com o fim da chamada Guerra Fria, no qual ressaltou a questão da guerra total no âmbito das relações entre os países.

Em princípio, será discutido o modo como o homem contemporâneo, ainda no seu papel de combatente, a exemplo do período moderno, conduziu a guerra, para, em

seguida, serem apresentadas algumas características e alterações na conduta da guerra nos três blocos temporais acima mencionados.

- O homem contemporâneo e a guerra:

As guerras do período contemporâneo continuaram a distinguir o soldado, detentor das armas do Estado, do não-combatente. Dessa forma, o homem contemporâneo combatente pode ser qualificado em três grandes grupos de soldados.

O primeiro grupo, o soldado profissional, manteve as mesmas características do período precedente, no entanto, suas motivações passaram não só a ser a garantia de emprego, estabilidade e salário, mas, principalmente o patriotismo, aliado ao sacrifício em defesa da sua Pátria (anexo K). Tal característica o distinguiu do soldado moderno até então prevalente nos exércitos ocidentais. Durante as guerras revolucionárias e napoleônicas o espírito da “Nação em Armas”, exacerbado pelos ideais da Revolução Francesa, veio a contaminar esse país, o que de uma certa maneira, influenciou os demais exércitos europeus em luta. Esse corpo de soldados profissionais, movido por ideais patrióticos, foi a base para a emergência dos exércitos nacionais que, até hoje, representam a vontade e os interesses das nações contemporâneas.

O segundo grupo, o soldado recrutado no seio do povo, foi um produto direto do sistema revolucionário. Com o advento da Revolução Francesa o povo passou a interessar-se pelas causas nacionais, querendo participar dos destinos do país. Dessa forma, com o propósito de compensar os expurgos de seu exército nacional após a revolução, a França iniciou o sistema de conscrição compulsória de seus cidadãos, para que completassem os claros em seus efetivos de combate. Assim, esse sistema permitiu que as baixas em combate nas guerras revolucionárias e depois napoleônicas fossem

recompletadas quase que imediatamente, sem solução de continuidade. O alto custo de um mercenário no período moderno foi anulado pelo baixo custo de um soldado conscrito.

A fim de estimular o espírito nacionalista dos milhares de conscritos que afluíram aos depósitos de pessoal, utilizou-se da propaganda com símbolos nacionais franceses. A Marselheza foi cantada na França em 1792, tendo sido o mais comovente de todos os hinos de guerra do período e certamente embriagou as massas.

A conscrição modificou a conduta da guerra. No período precedente as batalhas eram evitadas, daquele momento em diante elas eram procuradas. Os antiquados e pequenos exércitos dos reis e príncipes deram lugar aos exércitos enormes, com táticas mais adequadas a seu espírito belicoso e sem o formalismo manobrista até então observado.

O terceiro grupo, o combatente irregular, não era protegido por convenções internacionais que regiam os soldados profissionais e conscritos. Utilizavam táticas de guerrilhas, geralmente operando nas retaguardas do inimigo. Suas motivações eram geralmente de natureza política, étnica ou religiosa. As guerras napoleônicas viram surgir na Espanha os primeiros grandes combatentes irregulares no período contemporâneo. Principalmente em guerras nacionais, os irregulares tiveram grande participação. Eles não compunham os exércitos nacionais, embora os apoiassem freqüentemente. Quando capturados pelo inimigo eram sumariamente executados. Geralmente possuíam grande espírito de sacrifício e um alto poder de infligir perdas no adversário, já que utilizavam a surpresa como fator de força. Os guerrilheiros operavam dentro de suas próprias fronteiras, apoiados pelas populações locais. Em todas as guerras em que se viram envolvidos os combatentes irregulares foram motivo de preocupação para os exércitos invasores, devido principalmente ao seu exacerbado

espírito combativo, mobilidade e letalidade.

- As motivações e a conduta da guerra contemporânea:

Inicialmente, o período compreendido entre a Revolução Francesa e a Convenção de Viena marcou uma grande alteração na conduta da guerra. Nesse lapso de tempo o mundo assistiu as guerras revolucionárias, logo após à execução de Luís XVI na França. Dessa maneira, este país sentiu necessidade de reorganizar os seus exércitos duramente afetados pelos rumos incertos da Revolução. As principais motivações dessas guerras foram de **força e poderio e ideológicas**, na medida em que um novo modo de pensar afluía no relacionamento entre Estados. Os princípios iluministas passaram a preocupar todos os reinos europeus que viram na execução do rei da França uma grande ameaça à manutenção do “status quo” europeu.

Como uma continuação das guerras revolucionárias emergiram as guerras napoleônicas, onde a França se viu enfrentando diversas coligações de Estados, sempre comandada pelo grande Napoleão Bonaparte (anexo L). A conscrição de cidadãos aumentou os efetivos dos exércitos em conflito, atingindo centenas de milhares de combatentes. O espaço operacional, também, teve um grande acréscimo geográfico, permitindo o desenvolvimento da Estratégia em níveis mais abrangentes. A ofensiva substituiu a defensiva, prevalente no período moderno.

Manter as forças reunidas quando o inimigo tinha as suas separadas, atacar uma delas, depois a outra, eis a regra aplicada por Napoleão magistralmente. A velocidade de suas ações, as suas grandes perseguições, a sua faculdade em explorar os erros do adversário e sua magistral liderança fizeram de Napoleão um chefe militar excepcional. A manobra para a batalha decisiva foi o princípio napoleônico por excelência.

As principais motivações das guerras napoleônicas foram de **força e poderio e ideológicas**, na medida em que os ideais revolucionários franceses deveriam ser sufocados a qualquer custo. A auto-proclamação de Napoleão a imperador veio a enfatizar a motivação para **força e poderio**, uma vez que demonstrou a ânsia do corso em aumentar cada vez mais o seu poder absoluto. Por esse ato Napoleão foi considerado pelos revolucionários de inspiração iluminista um traidor dos ideais libertários oriundos da Revolução de 1789, provocando um afastamento desses intelectuais de seu projeto de governo. Não foi a toa que Beethoven riscou o nome de Napoleão da partitura de sua Terceira Sinfonia, considerando-o um usurpador do legítimo poder popular glorificado pela tríade, liberdade, igualdade e fraternidade.

No mar surgiu Lord Horatio Nelson da Marinha Britânica que, por possuir grande iniciativa e liderança absoluta inibiu os anseios de Napoleão em dominar os mares (anexo M). As suas vitórias navais vieram a sepultar, definitivamente, as arcaicas "Fighting Instructions" e provocar um predomínio naval britânico que se estendeu até a Primeira Guerra Mundial. Aí teve início a "Pax Britânica", assegurada pelos canhões de sua esquadra.

O período que se seguiu à Convenção de Viena pode ser caracterizada como o do predomínio das guerras **nacionais**. Três grupos de conflitos definiram o perfil do século XIX até o início da Grande Guerra de 1914. O primeiro grupo de guerras **nacionais** foi marcado por guerras intestinas para a unificação de diversas nações européias tais como a Itália e a Alemanha.

Um segundo grupo de guerras **nacionais** foi o que marcou a independência das colônias espanholas e portuguesa na América, onde se inclui o Brasil.

Por fim, um terceiro grupo de guerras **nacionais**, com forte motivação **econômica**, foi o que envolveu as Nações européias disputando a posse de colônias

africanas e asiáticas no século XIX.

Esses conflitos vieram demonstrar o enorme hiato tecnológico entre as nações mais desenvolvidas e as facções locais desejosas de manter a sua autonomia a qualquer custo. Esse período histórico reafirmou a prevalência de novas tecnologias bélicas na arte de conduzir a guerra. A Revolução Industrial tornou, cada vez mais, a força bélica dependente da capacidade de criação, produção e transporte. Realizou-se uma verdadeira corrida técnica que só as nações industrializadas podiam suportar. Inovações emergentes como a invenção do fuzil de repetição carregado pela culatra e as metralhadoras que provocaram grandes matanças nos contendores.

No campo estratégico a utilização das estradas de ferro permitiu transportar grandes massas de soldados mais rapidamente (6:93). O emprego do telégrafo elétrico proporcionou, por sua vez, a rápida transmissão de ordens e a ampliação da mobilidade dos exércitos. A letalidade das armas fez aumentar o número de mortos e feridos nos conflitos desse período, a exemplo da Guerra de Secessão Americana (1861 a 1865) com cerca de setecentos e trinta mil soldados mortos. (5:164).

No campo de estudos da Teoria da Guerra surgiram grandes pensadores como Claus Von Clausewitz que correlacionou a guerra com a política e Henry Antoine Jomini, um tradutor fiel das idéias napoleônicas que modificaram o pensamento militar do período de forma sistemática e definitiva.

Na guerra no mar os navios cresceram em tonelagem e no poder de fogo. Canhões de grande calibre foram instalados a bordo dos grandes vasos de guerra e a blindagem assumiu valores até então inimagináveis. Lord Fisher da Grã-Bretanha inovou a construção naval ao idealizar e lançar ao mar o grande encouraçado "Dreadnought" um pouco antes da Grande Guerra. A formação tática da linha de batalha com grandes navios encouraçados protegidos por cruzadores e contratorpedeiros

passou a ser a conduta geral das grandes marinhas de então.

Grandes pensadores como Alfred Thayer Mahan e Sir Julian Corbett trouxeram a discussão sobre a real importância do Poder Naval para qualquer nação com aspirações mais ousadas no cenário internacional. Enfim, o século XIX e o início do século XX marcaram, definitivamente, uma mudança importante no conduzir a guerra que se refletiria no próximo período a ser discutido que é o da chamada Guerra Total, quando todos os recursos econômicos, políticos, militares, psicossociais e tecnológicos da nação foram empregados para o aniquilamento do adversário.

Esse período teve início com a deflagração da Grande Guerra em 1914 e prosseguiu até o esfacelamento da União Soviética em 1991.

As duas grandes guerras do século XX devem ser estudadas com se fossem um grande conflito com duração de trinta e um anos, com um interregno de vinte e um anos entre 1918 e 1939. Esse contínuo conflituoso viu o alvorecer da terceira dimensão da guerra, o meio aéreo, que fez aumentar o nível de destruição a níveis até ali não imaginados, atingindo diretamente a população civil, até então relativamente imune.

As motivações envolvidas nesse conflito foram de natureza **ideológicas**, principalmente a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), de **força e poderio** como a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) e **econômicas** que subjacentemente permearam ambas as contendas. Os processos de mobilização, o aumento considerável dos efetivos em luta, a larga frente operacional e o número considerável de mortos foram características fundamentais desse período. Como exemplo os exércitos alemães que invadiram a União Soviética em 1941 compreendiam três milhões de soldados agrupados em um frente contínuo de cerca de duas mil milhas (12:69).

A combinação tanque e avião durante a Segunda Guerra Mundial, operando coordenadamente, numa tática chamada de "blitzkrieg" abriu caminho a mobilidade, em

contraposição à imobilidade amplamente utilizada na guerra anterior. A volta da manobra já fora propugnada por Sir Basil Liddell Hart, considerado o pai da Estratégia de Aproximação Indireta, assim como por John F.C. Fuller e o general alemão Heinz Guderian.

Dentre as principais características desses dois conflitos podem ser listados : o predomínio da manobra envolvente no combate terrestre; a utilização da aviação como fator fundamental para o êxito das ações em terra; a importância sempre crescente da ciência e tecnologia na preparação como na conduta da guerra; a utilização de todos os recursos nacionais para a obtenção da vitória, inclusive a ênfase na guerra psicológica e na propaganda e por fim a emergência da arma atômica como fator decisivo para a obtenção da vitória e mais que isso, na própria dissuasão como modo de se evitar uma nova guerra.

A guerra no mar caracterizou-se pela emergência do porta-aviões como arma capital, desbancando o encouraçado que, até aquele momento reinava absoluto. A campanha submarina nos dois conflitos, também, enalteceu a importância do submarino como arma fundamental para o aniquilamento do tráfego marítimo inimigo. O aperfeiçoamento do apoio logístico móvel e das operações anfíbias vieram a contribuir para a emergência dos Estados Unidos como a maior potência do século XX. A época dos grandes combates de linha de batalha de encouraçados cedeu lugar a guerra aeronaval, onde os porta-aviões e seus grupos aéreos predominaram.

Em seqüência às duas grandes guerras seguiu-se a chamada Guerra Fria, envolvendo dois blocos ideológicos antagônicos. Conflitos localizados, de motivação **ideológica**, de preferência em países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina espocaram durante quarenta e cinco anos, sem que as duas grandes superpotências, os Estados Unidos da América e a União Soviética entrassem em

choque diretamente. O temor do holocausto nuclear limitou os combates a guerras nacionais intestinas, não impedindo, contudo, que o número de mortos continuasse exagerado. O equilíbrio de poder foi rompido com a desagregação do Império Soviético em 1991, fazendo com que uma única superpotência os EUA prevalecesse absoluta, obtendo, dessa forma, as rédeas das decisões mundiais.

Um novo mundo estava sendo inaugurado em 1991.

CAPITULO 3

PARA ONDE SE ENCAMINHA A GUERRA ?

Apesar de todo o progresso humano, nada vem indicando que a guerra acabou ou sequer ficou menos freqüente no mundo pós-Guerra Fria. A Guerra do Golfo de 1991 pode ser considerada como um ponto de inflexão na História Militar do Ocidente, por quanto reafirmou a adoção de novas estratégias e tecnologias que já vinham sendo estudadas nos laboratórios dos países ocidentais há mais de uma década. O professor Francisco Ruas dos Santos, especializado em História Militar chegou a afirmar que “do ponto de vista histórico, a Guerra do Golfo marcou o fim da Guerra Fria e o início de uma era de conflitos entre civilizações” (24:364).

A guerra se transformou e adquiriu alguns traços marcantes.

Em primeiro lugar existe um redirecionamento da pesquisa e da produção bélicas que deixam de valorizar os meios de destruição em massa e enfatizam novas tecnologias de precisão. O importante não é mais exterminar o inimigo e sim conquistá-lo ou enquadrá-lo no mercado global. Os mísseis de precisão, sistemas de informação e propaganda mais sofisticados, e aviões “invisíveis” de difícil detecção são os exemplos mais marcantes desse redirecionamento e dessa inovação tecnológica. Essa postura leva a uma completa desativação das armas de destruição de massa (nucleares, químicas e biológicas) fabricadas ou em processo de desenvolvimento em determinados países, mediante acordos e tratados. Os estados considerados refratários, que se recusem a aderir a essas convenções, serão continuamente pressionados pelos EUA e pela ONU.

Dessa forma, o avanço tecnológico deverá indicar a superioridade de um país sobre outro no campo da guerra, sendo que a orientação para armas precisas de grande valor tecnológico agregado deverá ser o primeiro traço marcante nas futuras guerras.

Um segundo aspecto é a mudança no entendimento do que seria defesa, que deixa de ser essencialmente dissuasória contra um inimigo perfeitamente identificado e visível, tal como um país. A emergência de grupos terroristas cujo objetivo mistura fatores culturais e políticos vem marcando esse quadro. Ataques terroristas indiscriminados a alvos nos países ocidentais e a organismos internacionais têm como propósito atingir principalmente a população civil, como meio de disseminar o pânico e a desconfiança. Por não representarem um país a sua luta adquire características particulares e de difícil resolução. A utilização do horror indiscriminado, da ideologia travestida de princípios e da surpresa são suas armas principais. Um novo combatente, com características similares aos guerrilheiros dos séculos XIX e XX, emerge. O lutador que não defende apenas o seu país, mas sim uma ideologia ou uma suposta ideologia, na qual a ética combativa se dirige ao extremo da auto-imolação e do sacrifício a uma idéia imaginada como perfeita.

Existe, ainda, uma grande dificuldade na identificação do inimigo por parte dos países atacados pelo terrorismo. No passado o soldado adversário era percebido, identificado e neutralizado. Hoje essas três ações tornam-se mais complexas. Como neutralizar esse tipo de adversário se ele se esconde na própria população local ? Esse tipo de guerra é, com toda a certeza, desigual e de difícil resolução por meios convencionais.

Nesse caso avulta a necessidade de se contar com bons serviços de inteligência e contra-inteligência. A guerra assim adquire uma nova roupagem mais complexa, uma vez que obriga os países a aumentarem as medidas de segurança interna de modo a proteger os principais alvos preferidos por terroristas, a sua população, os seus monumentos históricos e suas repartições públicas.

Assim, a emergência de grupos terroristas de diferentes matizes e de novos combatentes que visam atingir a população e a infra-estrutura nacional é um segundo aspecto indicador das guerras no futuro.

Um terceiro aspecto é a mudança de concepção do que seria o soldado na atualidade. O voluntariado nas forças armadas de inúmeros países, inclusive nos EUA, provocou o surgimento de combatentes altamente especializados e motivados, com grande capacidade técnico-científica (anexo N). Sua preparação profissional passa por diversos estágios sofisticados, cuja principal finalidade é preparar um soldado que alie capacidade técnica com iniciativa em combate, temperada por forte aparato tecnológico de última geração.

A separação entre militares e civis, mais intensa no passado, começa a se diluir na atualidade, já que existe uma simbiose entre as forças combatentes e as universidades, cada vez mais interessadas pelos assuntos de segurança e defesa.

A perda de um soldado em ação, além de afetar a própria sociedade de onde ele proveio, significa prejuízo pecuniário, a exemplo do que foi no passado o profissional e o mercenário moderno. A Nação investiu na sua preparação grandes recursos e sua perda tem grande efeito no aprestamento militar.

Nesse aspecto surge a síndrome pelas perdas em ação, não mais justificadas em países ocidentais, principalmente em países democráticos. A opinião pública ditaria a própria condução das guerras pelo número de baixas em combate.

Dessa forma o terceiro aspecto a ser considerado nas guerras do futuro é a emergência do soldado profissional e tecnologicamente preparado, representante de um grupo nacional sensível que vê na sua ação a manifestação de vontade estatal.

Uma quarta e última característica é a emergência dos Estados Unidos como a única superpotência com possibilidade de atuar em qualquer rincão do mundo. Sua

capacidade de deslocar forças com tecnologia superior e de impor a outros países os seus objetivos políticos é um fator desequilibrante, uma vez que a necessidade de obter a legitimidade de organismos internacionais parece não ser a sua maior preocupação.

A utilização do *ataque preventivo*, instrumento largamente utilizado pelos romanos na Antigüidade pode remeter a uma similaridade com esse povo expansionista. Ambos têm como característica a expansão dos valores de suas próprias culturas, no caso norte-americano a democracia ocidental e no dos romanos o seu próprio modo de vida, considerado superior. A percepção do combatente norte-americano de pertencer a um sistema “civilizacional” superior (*the american way of life*), tendo como missão “divina” a expansão da democracia, guarda grande similaridade com a missão do legionário romano da época de Augusto.

Devido a disparidade econômica e militar entre os EUA e os demais países, o predomínio norte-americano no campo da pesquisa e desenvolvimento de sistemas de combate não indica qualquer contestação de outros oponentes nos próximos anos.

As motivações para as guerras devem oscilar primordialmente entre as de cunho **econômico** pela emergência do processo de globalização e a disputa por novos mercados, a exemplo da guerra do Iraque; de **força e poderio**, sempre presente em todos os períodos históricos e **religiosas**, devido a expansão ocidental na direção dos países islâmicos por causa de matérias-primas. No entanto, deve ser considerado que todas as motivações ou causas esposadas pelo professor Bouthoul encontram o seu lugar no mundo atual.

Em síntese, a nova forma de guerrear deve passar, necessariamente, pela tecnologia como um sub-produto da revolução técnico-científica, por meio de armas cirúrgicas de grande destruição e precisão.

A emergência de grupos terroristas e de novos combatentes vem complicar ainda mais o entendimento da guerra, fazendo com que sistemas de inteligência devam ser aperfeiçoados.

O soldado profissional voluntário e altamente qualificado deve ser o modelo para as próximas arquiteturas de forças no mundo ocidental. De uma certa maneira voltamos ao século XVIII no qual o valor de um soldado era alto e sua disponibilidade valiosa com a diferença de que nos dias atuais o nacionalismo e a capacidade técnica em muito ultrapassam o modelo moderno. A propaganda e a opinião pública ocupam um espaço cada vez maior nas estratégias nacionais e militares delas decorrentes. A síndrome das baixas em ação, sem a correspondente correlação com os propósitos políticos pretendidos deve orientar a conduta da guerra de agora em diante.

A emergência dos EUA como única superpotência mundial com características messiânicas similares aos romanos pode ser um fator desequilibrante no mundo complexo das relações internacionais. Na Guerra Fria, a previsibilidade nas relações entre os Estados era um trunfo para a maioria dos países. Atualmente essa característica não mais existe.

Esses quatro elementos parecem ser a base no qual os próximos conflitos humanos devam ser enfrentados e lutados.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi discutida a evolução da conduta da guerra desde os gregos clássicos até os dias atuais. Os gregos tinham na defesa da *pólis* um elemento primordial. Os romanos, por outro lado, compreendiam a guerra como um ato expansionista civilizacional do mundo romano. O homem medieval via em Deus todas as manifestações do seu próprio destino. O homem moderno, por sua vez manteve-se afastado da guerra, com exceção dos profissionais, dos mercadores, defensores da fé e mercenários. A Revolução Francesa fez surgir o conscrito e o profissional da guerra nacionalista.

Após o fim da Guerra Fria quatro características vem moldando a conduta da guerra. A tecnologia avançada, a emergência de grupos terroristas, a importância do soldado profissional totalmente voltado para a técnica de combater e a emergência de uma única superpotência capaz de impor suas decisões políticas a qualquer contendor.

O mundo está se transformando pela globalização, contudo a guerra continua a mesma, mortífera, imprevisível e muitas vezes inesperada. Pouco ou nada mudou na guerra desde que Ulisses, perante o rei Príamo de Tróia tomou a palavra para justificar por que a paz é mais benéfica que a guerra. Acrescentou Ulisses que “a paz é a luz e a vida. A guerra é a desgraça e o desespero, é o incêndio e a negra morte. A guerra só é boa para os corvos e os abutres!”. (25:82)

Por mais que as motivações tenham variado em peso específico no tempo histórico, o ato de lutar, matar e morrer e suas conseqüências sempre foram, são e serão políticas. A política sempre esteve subjacente aos combates, tanto em conflitos inter-

estados como entre estados. Os objetivos a alcançar foram políticos em seu âmago. A guerra continua, em essência, sendo política, pois envolve disputa de poder e vontades.

O grande filósofo francês do século XX Raymond Aron afirmou que “a guerra exerce com toda a certeza uma influência de volta sobre a intenção política, mas não se trata nunca de uma modificação: a intenção política é o fim, a guerra é o meio e nunca o meio pode ser pensado sem um fim. Uma vez mais Clausewitz volta sobre a dualidade das guerras, desta vez para reforçar que a guerra permanece também, totalmente política em sua determinação” (2:110).

As motivações para a guerra se alternam, porém o resultado foi, é, e será sempre político. Desde os gregos clássicos.

ANEXO A



Figura de dois hoplitas gregos e de uma falange mudando de formação de marcha para combate.

ANEXO B

ALEXANDER THE GREAT AND AFTER

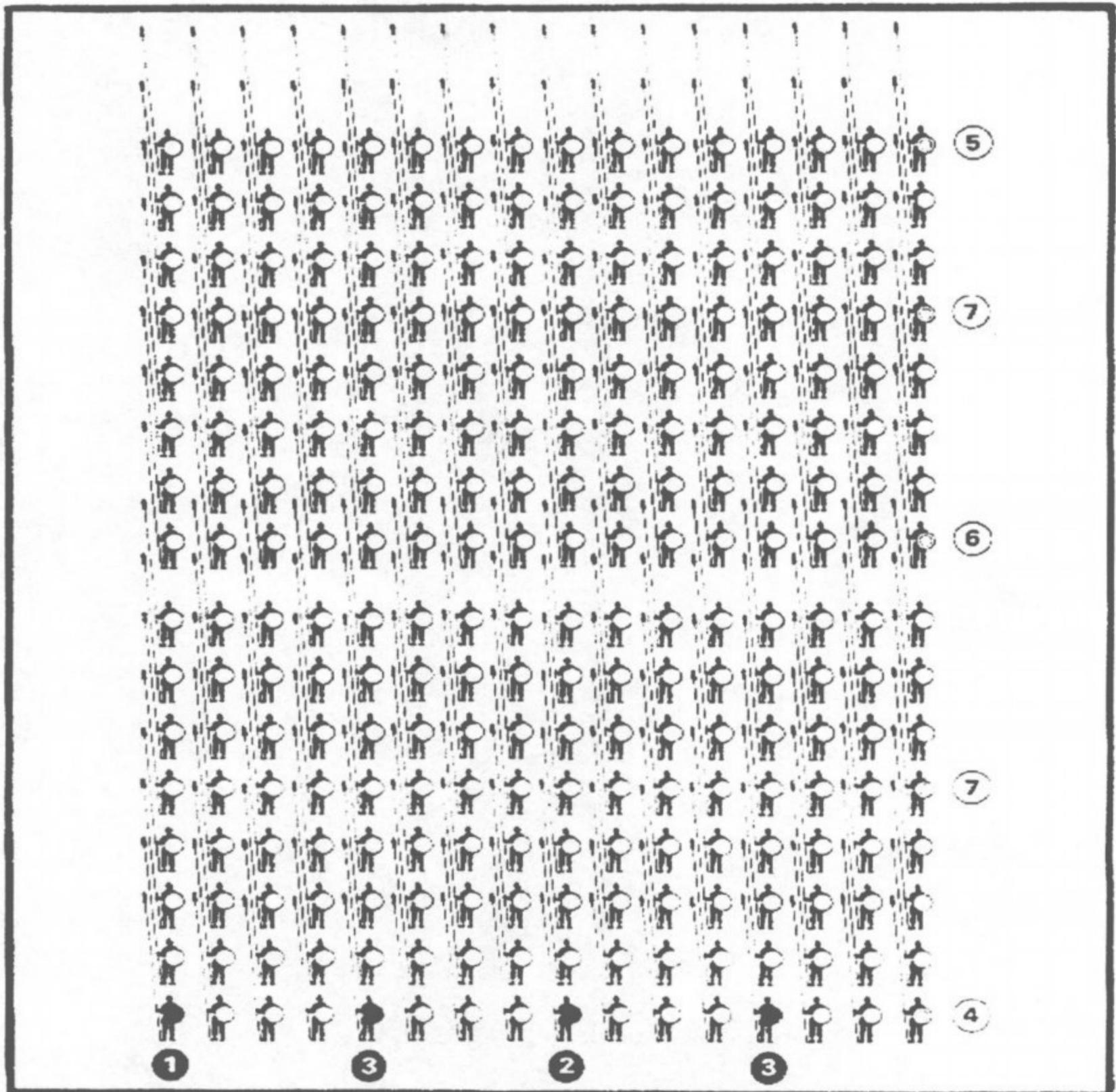


Figura esquemática de uma Falange Grega típica do Século IV aC ao tempo de Alexandre.

ANEXO C



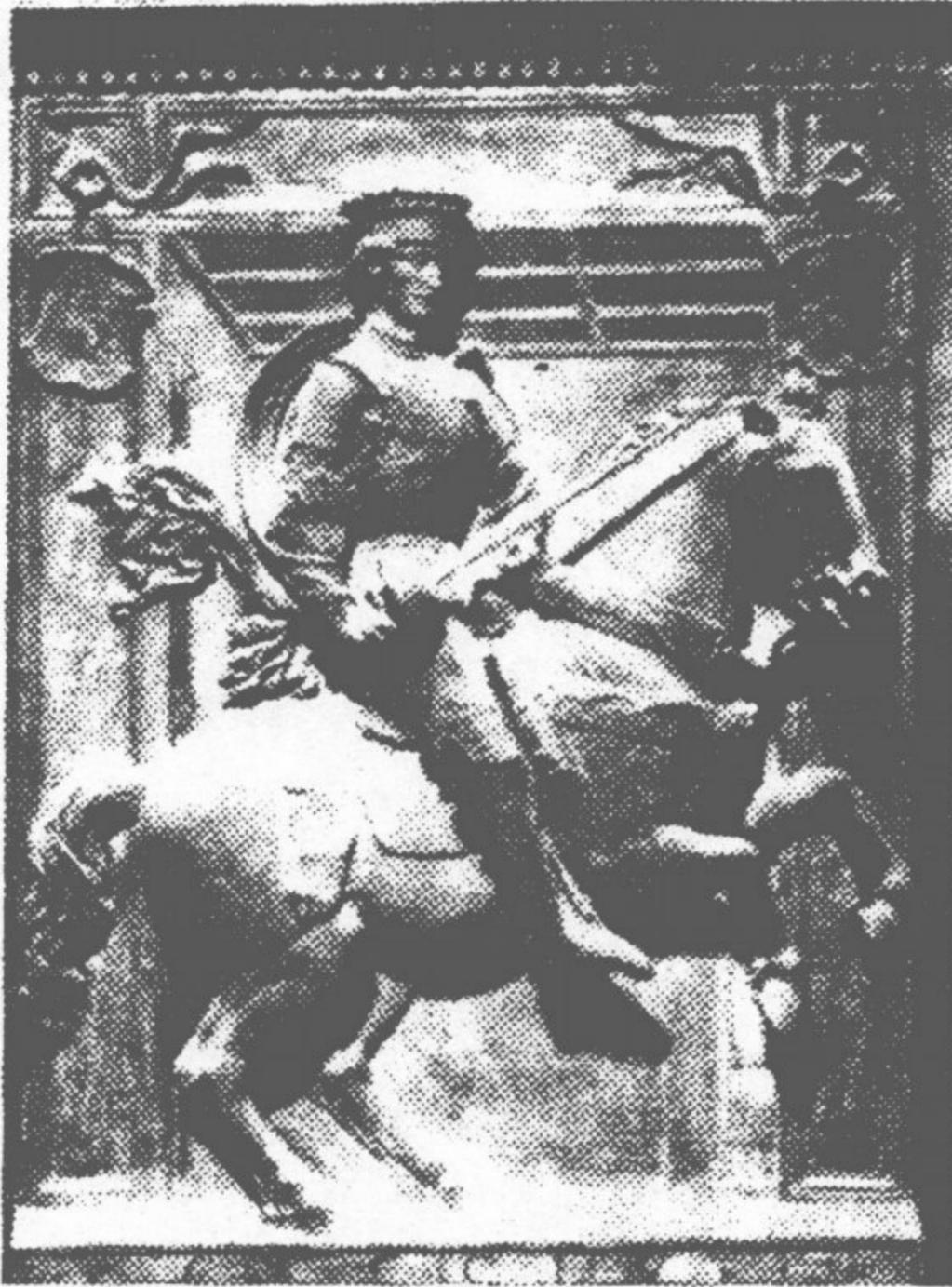
Figura de Alexandre, o Grande, da Macedônia.

ANEXO D



Figura de dois legionários romanos do tempo das guerras púnicas, portando cada um uma pyllium (lança).

ANEXO E



Aníbal

General cartaginés

(c. 247 a.C — c. 183 a.C.)

ANEXO F

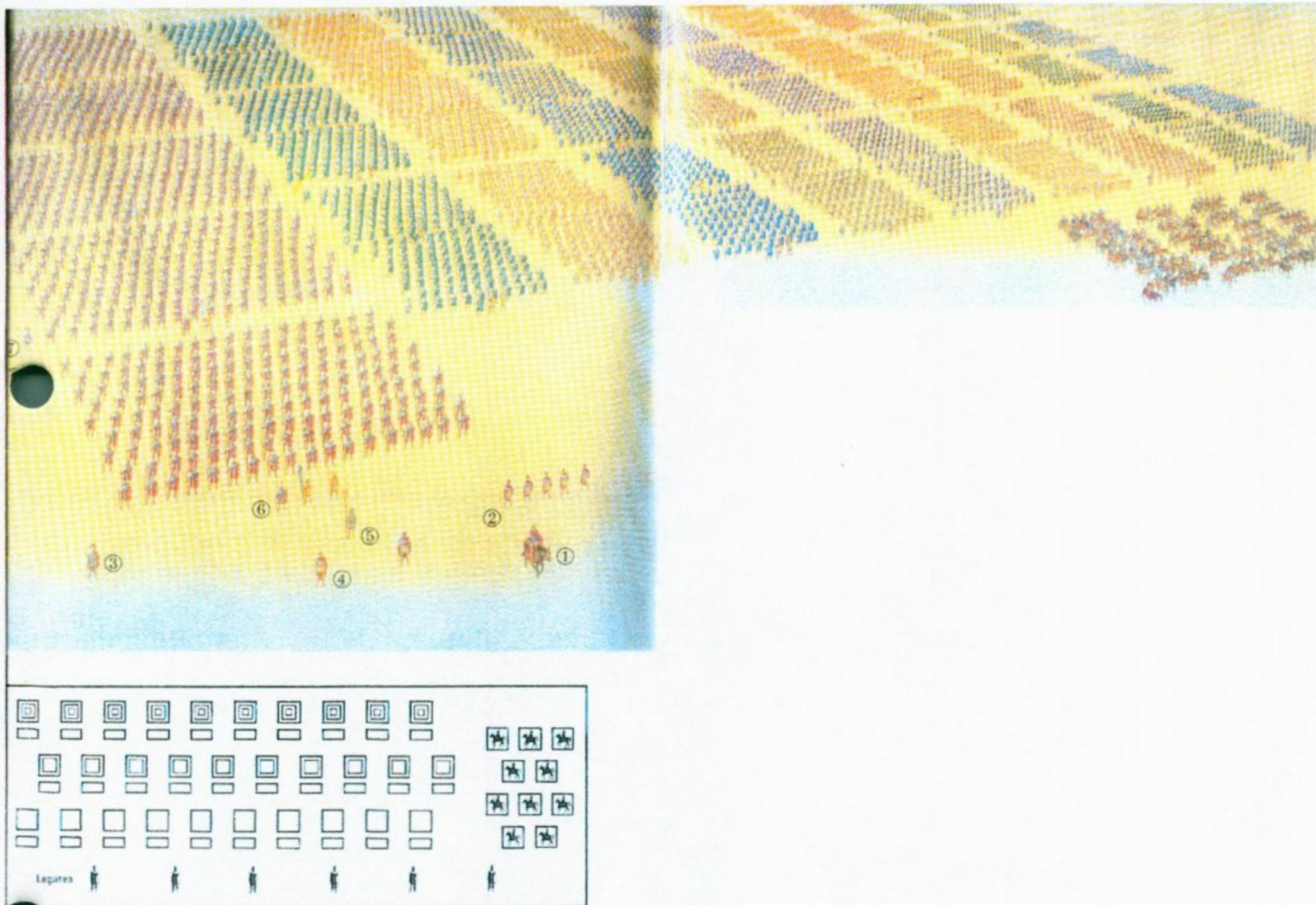


Figura de uma legião romana com suas dez coortes de 600 homens cada uma a época das guerras púnicas.

ANEXO G

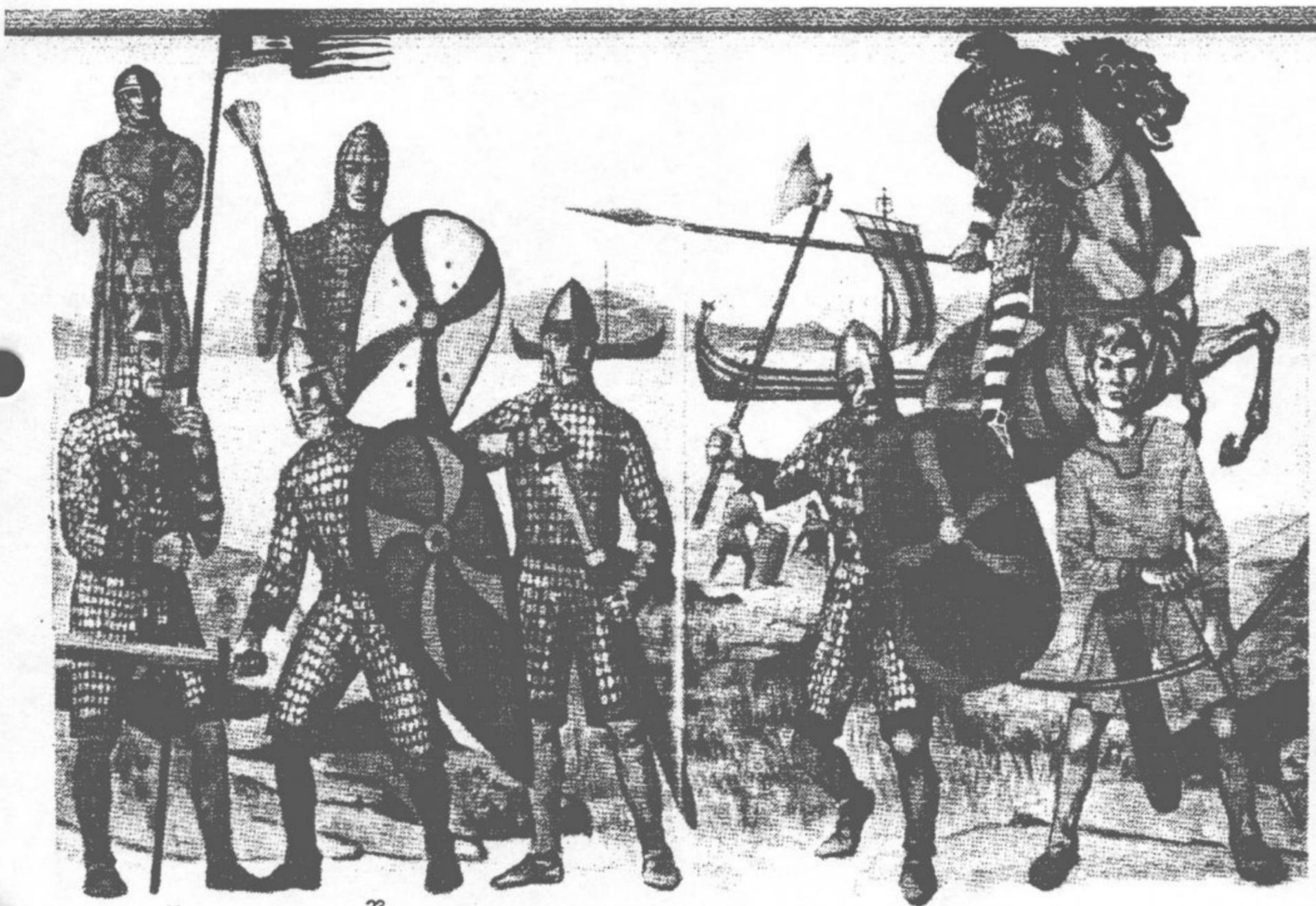


Figura de diversos combatentes feudais do Século XI.

ANEXO H



Figura de um alabardeiro e de um arcabuzeiro da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)

ANEXO I



Gustavo Adolfo

Rei sueco

(1594 — 1632)

ANEXO J



Frederico, o Grande
(Frederico II)
General prussiano
(1712 — 1786)

ANEXO K



Figura de um soldado de infantaria norte-americano típico da primeira metade do século XX

ANEXO L



Napoleão I
Imperador francês
(1769 — 1821)

ANEXO M



Horatio Nelson

Almirante britânico

(1758 — 1805)

ANEXO N



Figura de um soldado de infantaria norte-americano típico do início do século XXI

ANEXO O

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo : Martin Claret, 2002.
2. ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz**. v1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
3. AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 12.ed. São Paulo: Globo, 1999.
4. BASSELAR, José van den. **Introdução aos Estudos Históricos**. 3.ed. São Paulo: Herder, 1968.
5. BOUTHOU, Gaston e CARRÈRE, René. **O Desafio da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1979. _
6. BRASIL. Academia Militar das Agulhas Negras. **História da Doutrina Militar da Antigüidade à II Guerra Mundial. Divisão de Ensino. Cadeira de História Militar**. Rio de Janeiro, 1979.
7. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215. **Guia para a elaboração de ensaios e monografias**. Rio de Janeiro, 1998.
8. _____. FI-219 **Guia para a elaboração de referências bibliográficas**. Rio de Janeiro, 2001.
9. CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. New Jersey: Princeton University Press, 1976.
10. CORVISIER, Andre. **A Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
11. DAWSON, Doyne. **As Origens da Guerra no Ocidente**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
12. DUPUY, Trevor Nevitt. **European Land Battles 1939-1943**. v1 New York: Franklin Watts Inc, 1962.
13. FRANCO, Hilário Júnior. **A Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
14. FULLER, John Frederick Charles. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966.
15. GIORDANI, Mario Curtis. **História da Grécia**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.



16. HANSON, Victor Davis. **Por que o Ocidente Venceu.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
17. HERODOTO. **Histórias.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
18. HOWARD, Michael. **A Guerra na História da Europa.** Portugal: Publicações Europa América, 1997.
19. HUGHES, Wayne Junior. **Fleet Tactics.** Annapolis: Naval Institute Press, 1987.
20. KAPLAN, Robert. **Políticos Guerreiros.** São Paulo: Futura, 2002.
21. KEEGAN, John. **Uma História da Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
22. KERSCHER, Maracy e KERSCHER, Silvio Ari. **Monografia, como fazer.** Rio de Janeiro: Thex Editora, 1999.
23. RAPOSO, Amerino Filho. **Dimensões da Estratégia.** v1 Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1990.
24. RUAS, Francisco Santos. **Arte da Guerra.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
25. STEPHANIDES, Menelaos. **Ilíada, a Guerra de Tróia.** 2. ed. São Paulo: Odisseus, 2000.
26. VEGA, José Fernández. La teoría política moderna y la guerra: El realismo internacional según Clausewitz entre la Revolución y la Restauración. **Revista Premissas,** São Paulo, número 21, p. 5 – 26, mai. 2000.

Autor: Almeida, Francisco Eduardo Alves
Título: A guerra como fenômeno sócio-político.



MB - EGN

00256824
228531

Nº Pat.:5938